



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
COORDENADORIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

NOTA TÉCNICA Nº 38/2025 – CGF/TCE-PR*

Dispõe sobre a prestação de contas do Poder Legislativo Municipal: estruturação dos formulários, metodologia de apuração do grau de atendimento, cadastramento de interlocutores e período de envio de respostas.

A COORDENADORIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO (CGF) do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ (TCE-PR), em observância ao contido no art. 151-A, inciso IX, do Regimento Interno¹ e considerando a Instrução Normativa 197/2025, que regulamenta a prestação de contas do Poder Legislativo Municipal, apresenta esta Nota Técnica com o objetivo de detalhar os procedimentos e critérios para a avaliação da atuação do Poder Legislativo Municipal.

1. INTRODUÇÃO E FUNDAMENTOS LEGAIS

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), no exercício de suas competências constitucionais e legais, atualizou o modelo de prestação de contas das Câmaras Municipais por meio da Instrução Normativa nº 197/2025 - ProLegis.

A nova metodologia, alinhada ao Programa de Avaliação das Contas Municipais de Governo – ProGov, agrega à análise orçamentária-financeira a avaliação

*** Notas da Biblioteca:**

- a) Este texto não substitui o publicado no periódico: [Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Curitiba, PR, ano 20, n. 3.578, p. 81-101, 1º dez. 2025.](#)
- b) **Ver também:** [Instrução Normativa n. 197, de 18 de novembro de 2025.](#)

¹ **Art. 151-A.** São atribuições da Coordenadoria-Geral de Fiscalização, com relação às Coordenadorias: (Incluído pela Resolução nº 64/2018)

IX - expedir notas técnicas para o público externo, acerca da fiscalização, e instruções de serviços, acerca da forma de realização das fiscalizações; (Redação dada pela Resolução nº 73/2019)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

COORDENADORIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

da governança e gestão estratégica da função legislativa², fortalecendo a transparência, a efetividade e o foco em resultados.

2. DO OBJETIVO E DA ESTRUTURAÇÃO DA AVALIAÇÃO

Do objetivo

O objetivo da avaliação é verificar o grau de atendimento das competências e ações do Poder Legislativo Municipal que visem a fortalecer a atuação legislativa, de forma a assegurar a transparência da gestão, promover a fiscalização eficaz do Poder Executivo e o julgamento independente das contas municipais, com estrita observância do devido processo legal, bem como fomentar a participação cidadã.

Da Estruturação da Avaliação

A avaliação será baseada em respostas a formulários eletrônicos, que serão estruturados de acordo com os seguintes níveis:

Nível	Denominação	Conceito
Nível 1	Questão de Avaliação (QA)	É o que se quer responder com a realização dos trabalhos; o conjunto das QAs se voltam para a pergunta central sobre a governança e gestão estratégica da atuação legislativa municipal.
Nível 2	Item de Verificação (IV)	A divisão de uma QA em subquestões resulta em IVs; o conjunto dos IVs busca responder a QA da qual se originou.
Nível 3	Item de Questionário (IQ)	Subdivisão dos IVs em questões operacionais específicas (282 itens de questionário)

Opções de Resposta

Os itens de questionário poderão conter as seguintes opções de resposta:

Tipo	Descrição	Uso
I	"Sim"	Confirmação de conformidade/implementação

² Instrução Normativa 197/2025: Art. 2º Para os efeitos desta Instrução Normativa, considera-se:

I - avaliação da atuação legislativa: avaliação objetiva e sistemática da implementação de governança e gestão estratégica da atuação legislativa;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

COORDENADORIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

II	"Não"	Não conformidade ou não implementação
III	"Não se aplica"	Questão não aplicável para o município
IV	Outras alternativas	Quando a natureza demandar (ex: múltiplas opções)
V	Upload de documentos	Envio de arquivos comprobatórios
VI	Campos livres (texto)	Justificativas, comentários, explicações e URLs/Links

Itens de Questionário Dependentes

Os formulários tratados nesta Nota Técnica poderão ainda conter IQs dependentes entre si. Os IQs dessa natureza somente poderão ser respondidos quando satisfeitas certas condições (ex.: marcação de determinada alternativa em outro IQ).

Obrigatoriedade de Resposta

Para o envio das respostas aos formulários para o Tribunal de Contas, todos os IQs deverão obrigatoriamente ser respondidos pelo interlocutor correspondente, com exceção de IQs dependentes cuja condição não foi satisfeita.

3. METODOLOGIA DE APURAÇÃO DO GRAU DE ATENDIMENTO

A metodologia para a apuração do grau de atendimento, conforme dispõe o art. 9º da Instrução Normativa n.º 197/2025³, observará o disposto neste tópico.

- O grau de atendimento da atuação do Poder Legislativo Municipal variará entre 0 (zero) e 10 (dez) e será obtido pela média simples do nível de atendimento das QAs, multiplicado por dez.
- O nível de atendimento de cada QA será obtido por meio da média simples do nível de atendimento dos seus IVs ou dos IVS a ela vinculada.

³ **Art. 9º** A metodologia de apuração dos formulários de avaliação da atuação legislativa, considerando a governança e gestão estratégica, serão definidas em Nota Técnica emitida pela Coordenadoria-Geral de Fiscalização.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

COORDENADORIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

- O nível de atendimento de cada IV será obtido por meio da média simples do nível de atendimento dos IQs.
- O nível de atendimento de cada IQ será obtido por meio da média simples das respostas dadas a cada IQ.

Serão atribuídos a cada item de questionário os seguintes valores: 1 (um), nos casos de atendimento, e 0 (zero), nos casos de não atendimento. Considerar-se-ão atendidos os itens de questionário cujas respostas forem marcadas como “sim”. Inversamente, serão considerados não atendidos os itens de questionário marcados como “não”.

Em outros termos, a avaliação por meio dos seguintes cálculos:

$$P_N = \frac{\sum_i^n QA_i}{QA_T} \times 10$$

Sendo que:

$$QA_i = \frac{\sum_i^n IV_i}{IV_T}$$

$$IV_i = \frac{\sum_i^n IQ_i}{IQ_T}$$

$$IQ_i = \frac{\sum_i^n IQ_{Ri}}{IQ_{Rt}}$$

Em que:

P_N = Pontuação da Atuação Legislativa;

QA_i = Nível de Atendimento obtida na Questão de Avaliação i , em que $i = 1, 2, 3, \dots, n$;

QA_T = Total de Questões de Avaliação;

IV_i = Nível de Atendimento no Item de Verificação i , em que $i = 1, 2, 3, \dots, n$;

IV_T = Total de Itens de Verificação da Questão de Avaliação i .



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

COORDENADORIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

IQ_i = Nível de Atendimento no Item de Questionário i , em que $i = 1, 2, 3, \dots, n$;

IQ_T = Total de Itens de Questionário do Item de Verificação i , em que $i = 1, 2, 3, \dots, n$;

IQ_{Ri} = Resposta obtida no Item de Questionário i , em que $i = 1, 2, 3, \dots, n$;

IQ_{Rt} = Total de interlocutores respondentes no Item de Questionário i , em que $i = 1, 2, 3, \dots, n$;

Itens não computados

As marcações das alternativas “não se aplica”, “upload de documentos” e “campos livres para a inserção de textos”, quando permitidas, não serão computadas para fins de apuração do grau de atendimento.

Avaliação de itens de questionário dependentes

O não atendimento a um IQ que contenha dependência implicará o não atendimento de outros IQs ou na sua desconsideração para fins de apuração do grau de atendimento. Assim, poderá haver a atribuição de pontuação de “não” ou de “não se aplica” nos casos dos IQs dependentes cuja condição correspondente não for satisfeita.

4. DOS INTERLOCUTORES DAS CÂMARAS MUNICIPAIS

O Presidente da Câmara Municipal, na qualidade de gestor das contas, é o responsável pelo preenchimento do Formulário Eletrônico de Avaliação da Atuação Legislativa, nos termos do art. 10, da Instrução Normativa nº 197/2025⁴.

5. DO CONTEÚDO DOS FORMULÁRIOS

A íntegra dos formulários de avaliação da atuação legislativa está definida em documento anexo (Anexo III – Formulário: Avaliação da Atuação Legislativa), no qual

⁴ Art. 10. Os interlocutores e o conteúdo para apuração dos formulários de avaliação da atuação legislativa serão definidos pela unidade técnica.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

COORDENADORIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

constam as QAs, os IVs, os IQs, as opções de resposta e as dependências entre os IQs, nos termos do art. 10, da Instrução Normativa nº 197/2025⁵.

6. PERÍODO DE ENVIO DAS RESPOSTAS AOS FORMULÁRIOS ELETRÔNICOS AO TRIBUNAL DE CONTAS

Em observância ao art. 6º, inciso II, da Instrução Normativa 197/2025⁶, os Presidentes das Câmaras, enquanto interlocutores, deverão enviar suas respostas aos formulários eletrônicos no período compreendido entre os dias 02 a 12 de dezembro de 2025.

O envio das respostas é obrigatório para a integralidade da Avaliação da Atuação Legislativa e será encaminhado no e-mail do representante legal da Câmara de Vereadores. É permitida a possibilidade de reenvio para correções durante o período estabelecido, prevalecendo sempre a última informação encaminhada.

7. DO ROL DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À PRESTAÇÃO DE CONTAS

O rol de documentos de que trata o inciso III do art. 6º da Instrução Normativa nº 197 de 2025 e seus modelos ficam definidos na forma dos Anexos I e II desta Nota Técnica.

A apresentação desses documentos deverá se dar na ordem sequencial da relação contida no mencionado anexo. Registra-se que a inaplicabilidade de quaisquer documentos previstos deverá ser expressamente esclarecida pelo responsável mediante declaração, a qual substituirá nos autos o documento inaplicável.

⁵ Idem nota 4.

⁶ Art. 6º A Prestação de Contas será composta pelas seguintes informações:

[...]

II - informações prestadas pelos interlocutores da Câmara Municipal por meio dos formulários de avaliação da atuação legislativa da Câmara Municipal;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

COORDENADORIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

8. PUBLICAÇÃO E VIGÊNCIA

Esta Nota Técnica entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e aplicar-se-á às Prestações de Contas de Câmaras Municipais relativas aos exercícios financeiros de 2025 e subsequentes.

CGF, 25 de novembro de 2025.

-assinatura digital-

RAFAEL MORAIS GONÇALVES AYRES
Coordenador-Geral de Fiscalização



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

COORDENADORIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ANEXO I

DOCUMENTOS QUE COMPÕEM A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO EXERCÍCIO DE 2025 E SEGUINTE

Item	Descrição
1	Ofício assinado pelo Gestor da Entidade encaminhando a Prestação de Contas do Poder Legislativo. No caso de contabilidade centralizada deverá conter declaração que as contas são processadas em conjunto com as do Executivo. (Anexo II - Modelo 1)
2	Declaração de ciência do relatório anual de Controle Interno assinado pelo Gestor das Contas e/ou Gestor atual, devidamente cadastrado no Sistema de Cadastro de Pessoas do Tribunal de Contas para o período correspondente. (Anexo II - Modelo 2)
3	Termo de confirmação de informações cadastrais (Anexo II - Modelo 3).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

COORDENADORIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ANEXO II

MODELOS DE DOCUMENTOS

MODELO 1 - OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS MUNICIPAL

OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Ofício n.º Local, data

Assunto: Prestação de Contas Anual Municipal

Senhor Presidente,

A Câmara Municipal de [**nome do Município, CNPJ**], por seu representante legal abaixo-assinado, vem por meio deste encaminhar os documentos que compõem a Prestação de Contas referente ao exercício financeiro de 20XX.

Atenciosamente,

Assinatura/Nome do representante legal

2 - No caso da Câmara com contabilidade centralizada, deverá conter declaração que as contas são processadas em conjunto com as do Executivo.

Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná
Praça Nossa Senhora de Salete, s/n.º - Centro Cívico
CEP: 80530-910 - Curitiba-PR



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

COORDENADORIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

MODELO 2 - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DO RELATÓRIO ANUAL DE CONTROLE INTERNO

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DO RELATÓRIO ANUAL DE CONTROLE INTERNO

Em atenção ao contido nos arts. 7º da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e no item 1 do Anexo I da Instrução Normativa nº 197/2025, DECLARO, para os devidos fins de direito, que tomei conhecimento das conclusões contidas no RELATÓRIO ANUAL DE CONTROLE INTERNO, elaborado por (nome do controlador interno), na qualidade de Controlador Geral da (nome da Entidade), referente ao exercício de (exercício a que se refere as contas anuais).

O relatório anual de Controle Interno pode ser consultado por meio do seguinte link:
(inserir o endereço eletrônico direto em que o relatório pode ser acessado na Internet)

Nome do Município, data, mês e ano.

Nome e Assinatura do Gestor das Contas e/ou Gestor Atua



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

COORDENADORIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

MODELO 3 - TERMO DE CONFIRMAÇÃO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS

ENTIDADE:

REPRESENTANTE LEGAL:

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

EXERCÍCIO:

Considerando o art. 20, § 3º, da Instrução Normativa nº 86, de 20 de dezembro de 2012, com a redação dada pela Instrução Normativa nº 170, de 13 de janeiro de 2022, na condição de responsável pelo encaminhamento da prestação de contas anual, declaro que os dados cadastrais informados ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná foram revisados e estão atualizados, conforme dados abaixo:

CPF	Nome	Papel	Tipo Vínculo	Data Início	Data Fim

Declaro, ainda, que todas as pessoas acima listadas foram informadas sobre:

- a) a obrigatoriedade de informar um endereço de e-mail válido e um número de telefone celular ativo, com o aplicativo WhatsApp instalado;
- b) a sujeição às medidas previstas na Lei Complementar nº 113, de 2005, no Regimento Interno e na legislação penal pertinente pela falta de atualização cadastral, recusa no fornecimento de dados ou apresentação de informações falsas ou insubsistentes;
- c) a possibilidade de serem contatados ou intimados pelo Tribunal por qualquer dos referidos canais;
- d) os números de telefone (41) 3350-1616 e (41) 3350-1881 utilizados pelo Tribunal para entrar formalmente em contato com jurisdicionados, bem como a impossibilidade de alegação de desconhecimento.

Declaro ciência de que qualquer alteração das informações cadastrais da entidade ou das pessoas físicas a ela vinculadas deve ser comunicada ao Tribunal, por meio do Sistema de Cadastro Geral do Tribunal - SICAD, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do evento.

Declaro ciência de que o Tribunal não solicita senhas, dados bancários, informações sigilosas ou quaisquer outras informações pessoais por telefone ou aplicativos de mensagens.

Nome do Município, data, mês e ano.

Assinatura

ANEXO III – FORMULÁRIO: AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO LEGISLATIVA

Questão de Avaliação	Item de Verificação	Item de Questionário		Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor
Q01. Atuação parlamentar	IV01. Normatização da função legislativa	22513	A Câmara Municipal dispõe de regimento interno?	- Existência formal do Regimento Interno, aprovado por meio de resolução, decreto legislativo ou outro ato normativo específico da Câmara Municipal. - Regimento Interno vigente, com identificação clara de sua numeração, data de aprovação e última atualização.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação parlamentar	IV01. Normatização da função legislativa	22514	Anexe o regimento interno da Câmara Municipal.		ANEXO	NÃO	(22513 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação parlamentar	IV01. Normatização da função legislativa	22515	Informe o endereço eletrônico (Link) do site oficial que direcione exatamente à publicação do regimento interno da Câmara Municipal.		COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22513 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação parlamentar	IV01. Normatização da função legislativa	22516	Consta no Regimento Interno os tipos de proposições legislativas admitidas (exemplo: projeto de lei, projeto de decreto legislativo, projeto de resolução, indicação, requerimento, moção)?	- O Regimento Interno deve conter capítulo, seção ou artigo específico que lista explicitamente os tipos de proposições legislativas admitidas na Câmara Municipal. - Os tipos de proposições devem estar descritos de forma nominal, incluindo, no mínimo: Projeto de Lei; Projeto de Decreto Legislativo; Projeto de Resolução; Indicação; Requerimento; Moção.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22513 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação parlamentar	IV01. Normatização da função legislativa	22517	Informe o dispositivo do regimento interno da Câmara Municipal que trata sobre os tipos de proposições legislativas admitidas.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22516 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal

Q01. Atuação parlamentar	IV01. Normatização da função legislativa	22518	No Regimento Interno são definidos prazos específicos para todas as etapas de tramitação das proposições legislativas (exemplo: emissão de parecer pelas comissões, inclusão em pauta, votação em plenário e envio ao Executivo)?	- O Regimento Interno deve conter dispositivos que estabeleçam prazos específicos para todas as etapas de tramitação das proposições legislativas, incluindo emissão de parecer pelas comissões, inclusão em pauta, votação em plenário e envio ao Executivo. - Os prazos devem estar apresentados de forma clara, objetiva e verificável no texto regimental, com indicação expressa de dias ou períodos definidos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22513 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação parlamentar	IV01. Normatização da função legislativa	22519	Informe o dispositivo do regimento interno da Câmara Municipal que trata sobre os prazos para as etapas de tramitação das proposições legislativas.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22518 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação parlamentar	IV01. Normatização da função legislativa	22520	Consta no Regimento Interno a obrigatoriedade de utilização de sistema eletrônico oficial de gerenciamento e registro dos atos legislativos?	- O Regimento Interno deve conter dispositivos que estabeleçam expressamente a obrigatoriedade de utilização de sistema eletrônico oficial para o gerenciamento e registro dos atos legislativos. - O texto regimental deve identificar o sistema ou definir, de forma clara, que a tramitação, o registro e a publicidade dos atos legislativos devem ocorrer exclusivamente por meio eletrônico.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22513 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação parlamentar	IV01. Normatização da função legislativa	22521	Informe o dispositivo do regimento interno da Câmara Municipal que dispõe sobre a utilização de sistema eletrônico oficial de gerenciamento e registro dos atos legislativos.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22520 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação parlamentar	IV01. Normatização da função legislativa	22522	Está regulamentado no Regimento Interno o uso de painel eletrônico de votação?	- O Regimento Interno deve conter dispositivos que regulamentem expressamente o uso de painel eletrônico de votação nas deliberações plenárias. - A regulamentação deve descrever, de forma clara, aspectos mínimos do funcionamento do painel eletrônico, como registro dos votos, procedimentos de utilização e efeitos para fins de apuração.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22513 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação parlamentar	IV01. Normatização da função legislativa	22523	Informe o dispositivo do regimento interno da Câmara Municipal que dispõe sobre a utilização de painel eletrônico de votação.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22522 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação parlamentar	IV01. Normatização da função legislativa	22524	Consta em Regimento Interno a obrigatoriedade de transmissão das sessões da Câmara via internet em canal oficial da Câmara?	- O Regimento Interno deve conter dispositivos que estabeleçam expressamente a obrigatoriedade de transmissão das sessões da Câmara Municipal via internet em canal oficial da instituição. - A obrigatoriedade deve estar descrita de forma clara, indicando que as transmissões devem ocorrer em plataforma digital mantida ou administrada pela própria Câmara.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22513 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal

Q01. Atuação parlamentar	IV01. Normatização da função legislativa	22525	Informe o dispositivo do regimento interno da Câmara Municipal que dispõe sobre transmissão das sessões da Câmara via internet em canal oficial da Câmara.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22524 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação parlamentar	IV01. Normatização da função legislativa	22526	Consta em Regimento Interno a possibilidade de realização de sessões em formato híbrido, com participação presencial e remota dos vereadores?	- O Regimento Interno deve conter dispositivos que estabeleçam expressamente a possibilidade de realização de sessões em formato híbrido, permitindo a participação presencial e remota dos vereadores. - A previsão deve descrever, de forma clara, as condições, requisitos ou procedimentos mínimos para a participação remota, incluindo registro de presença e votação.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22513 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação parlamentar	IV01. Normatização da função legislativa	22527	Informe o dispositivo do regimento interno da Câmara Municipal que dispõe sobre a realização de sessões em formato híbrido, com participação presencial e remota dos vereadores.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22526 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação parlamentar	IV01. Normatização da função legislativa	22528	Consta no Regimento Interno a validade do voto de vereador que participa remotamente?	- O Regimento Interno deve conter dispositivos que estabeleçam expressamente a validade do voto proferido por vereador que participa remotamente das sessões. - A previsão deve descrever, de forma clara, as condições ou requisitos mínimos para que o voto remoto seja considerado válido, incluindo procedimentos de registro e identificação do parlamentar.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22513 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação parlamentar	IV01. Normatização da função legislativa	22529	Informe o dispositivo do regimento interno da Câmara Municipal que dispõe sobre a validade do voto de vereador que participa remotamente.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22528 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação parlamentar	IV01. Normatização da função legislativa	22530	A Câmara Municipal regulamentou o controle do registro de quantidade por tipo de proposições apresentadas pelos vereadores?	- A Câmara Municipal deve possuir ato normativo, regimento interno ou resolução que estabeleça procedimentos para o controle e registro da quantidade de proposições apresentadas pelos vereadores, por tipo (projetos de lei, requerimentos, indicações, moções, entre outras). - A regulamentação deve descrever, de modo claro, a forma de registro, sistematização ou consolidação dessas informações, preferencialmente em sistema eletrônico ou livro de registro próprio.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação parlamentar	IV01. Normatização da função legislativa	22531	Anexe o normativo da Câmara Municipal que trata sobre o controle do registro de quantidade por tipo de proposições apresentadas pelos vereadores.		ANEXO	NÃO	(22530 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal

Q01. Atuação parlamentar	IV01. Normatização da função legislativa	22532	A Câmara Municipal regulamentou o processo de avaliação das leis a fim de apuração dos benefícios esperados para o município e a população?	- A Câmara Municipal deve possuir ato normativo, resolução ou regulamento interno que estabeleça procedimentos para a avaliação das leis, visando à apuração dos benefícios esperados para o município e para a população. - A regulamentação deve descrever, de forma clara, os critérios, a metodologia ou os indicadores mínimos utilizados na avaliação das leis, bem como as etapas do processo avaliativo.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação parlamentar	IV01. Normatização da função legislativa	22533	Anexe o normativo da Câmara Municipal que trata sobre o processo de avaliação das leis a fim de apuração dos benefícios esperados para o município e a população.		ANEXO	NÃO	(22532 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação parlamentar	IV01. Normatização da função legislativa	22534	A Câmara Municipal regulamentou o processo de realização de parcerias com outras instituições (ex: universidades, órgãos de controle, outras Câmaras) para aprimorar a qualidade de sua atuação legislativa?	- A Câmara Municipal deve possuir ato normativo, resolução ou regulamento interno que estabeleça procedimentos para a realização de parcerias com outras instituições, como universidades, órgãos de controle, outras câmaras municipais ou entidades afins, com o objetivo de aprimorar a qualidade da atuação legislativa. - A regulamentação deve descrever, de forma clara, as modalidades de parceria, os critérios mínimos, os responsáveis internos e as finalidades das cooperações, incluindo atividades como capacitações, estudos técnicos ou assessorias especializadas.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação parlamentar	IV01. Normatização da função legislativa	22535	Anexe o normativo da Câmara Municipal que trata sobre o processo de realização de parcerias com outras instituições (ex: universidades, órgãos de controle, outras Câmaras) para aprimorar a qualidade de sua atuação legislativa.		ANEXO	NÃO	(22534 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação parlamentar	IV01. Normatização da função legislativa	22536	A Câmara Municipal regulamentou o processo de elaboração do relatório anual das atividades legislativas?	- A Câmara Municipal deve possuir ato normativo, resolução ou regulamento interno que estabeleça procedimentos para a elaboração do relatório anual das atividades legislativas. - A regulamentação deve descrever, de forma clara, os conteúdos mínimos do relatório, como quantidade de proposições apresentadas, matérias apreciadas, atividades das comissões, ações administrativas e demais informações institucionais relevantes.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação parlamentar	IV01. Normatização da função legislativa	22537	Anexe o normativo da Câmara Municipal que trata sobre o processo de elaboração do relatório anual das atividades legislativas.		ANEXO	NÃO	(22536 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação parlamentar	IV01. Normatização da função legislativa	22538	A Câmara Municipal regulamentou a obrigatoriedade de o Vereador apresentar justificativas formais e fundamentadas para ausências nas sessões e reuniões?	- A Câmara Municipal deve possuir ato normativo, resolução ou regulamento interno que estabeleça a obrigatoriedade de o vereador apresentar justificativas formais e fundamentadas para suas ausências nas sessões plenárias e reuniões das quais participe. - A regulamentação deve descrever, de forma clara, os critérios de aceitação das justificativas, os prazos para apresentação, os responsáveis pela análise e os efeitos das ausências não justificadas.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal

Q01. Atuação parlamentar	IV01. Normatização da função legislativa	22539	Anexe o normativo da Câmara Municipal que trata sobre a obrigatoriedade de o Vereador apresentar justificativas formais e fundamentadas para ausências nas sessões e reuniões.		ANEXO	NÃO	(22538 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação parlamentar	IV01. Normatização da função legislativa	22540	A Câmara Municipal regulamentou o processo de gravação e arquivamento digital das sessões legislativas?	- A Câmara Municipal deve possuir ato normativo, resolução ou regulamento interno que estabeleça procedimentos para a gravação e o arquivamento digital das sessões legislativas. - A regulamentação deve descrever, de forma clara, os formatos, os prazos de guarda, as responsabilidades e os meios de disponibilização ou acesso às gravações.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação parlamentar	IV01. Normatização da função legislativa	22541	Anexe o normativo da Câmara Municipal que trata sobre o processo de gravação e arquivamento digital das sessões legislativas.		ANEXO	NÃO	(22540 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação parlamentar	IV02. Controle de Qualidade da função legislativa	22542	A Câmara possui um controle de produtividade legislativa, por vereador, com registro da quantidade por tipo de proposições apresentadas e aprovadas?	- A Câmara Municipal deve possuir ato normativo, resolução, regulamento interno ou procedimento formalizado que estabeleça a existência de controle de produtividade legislativa por vereador. - O controle deve registrar, de forma clara e sistemática, a quantidade de proposições apresentadas e aprovadas por cada vereador, discriminadas por tipo (projeto de lei, requerimento, indicação, moção, entre outras).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação parlamentar	IV02. Controle de Qualidade da função legislativa	22543	Anexe relatório que evidencie o controle de produtividade legislativa, por vereador, com registro da quantidade, por tipo de proposições apresentadas e aprovadas.		ANEXO	NÃO	(22542 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação parlamentar	IV02. Controle de Qualidade da função legislativa	22544	A Câmara Municipal realizou, no ano de referência, pesquisa junto à população sobre a atuação legislativa?	- A Câmara Municipal deve possuir registro formal que comprove a realização, no ano de referência, de pesquisa junto à população sobre os serviços legislativos. - A pesquisa deve ter sido efetivamente aplicada no período avaliado, por meio de formulário eletrônico, entrevistas, questionário físico, plataforma digital ou outro método identificável. - Devem existir documentos ou registros que demonstrem a execução da pesquisa, como relatório de resultados, planilhas consolidadas, publicação no site institucional, ato de divulgação ou arquivo contendo a base de respostas.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação parlamentar	IV02. Controle de Qualidade da função legislativa	22545	Anexe relatório ou outro documento que evidencie pesquisa junto à população sobre a atuação legislativa.		ANEXO	NÃO	(22544 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal

Q01. Atuação parlamentar	IV02. Controle de Qualidade da função legislativa	22546	A Câmara Municipal realizou, no ano de referência, ao menos uma avaliação dos benefícios alcançados por leis aprovadas no exercício?	- A Câmara Municipal deve possuir registro formal que comprove a realização, no ano de referência, de ao menos uma avaliação dos benefícios alcançados por leis aprovadas no exercício. - A avaliação deve estar documentada em relatório, parecer, estudo técnico, ata de reunião de comissão ou outro instrumento que descreva, de forma clara, os resultados observados, os indicadores utilizados ou os impactos identificados.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação parlamentar	IV02. Controle de Qualidade da função legislativa	22547	Anexe documentos que evidenciem ao menos uma avaliação dos benefícios alcançados por leis aprovadas no exercício		ANEXO	NÃO	(22546 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação parlamentar	IV02. Controle de Qualidade da função legislativa	22548	A Câmara Municipal realizou, no ano de referência, processo formal de avaliação da qualidade de toda legislação produzida, considerando clareza, coerência e aplicabilidade das leis?	- A Câmara Municipal deve possuir registro formal que comprove a realização, no ano de referência, de processo de avaliação da qualidade da legislação produzida, considerando aspectos como clareza, coerência e aplicabilidade das leis, com destaque para a observância da Lei Complementar n.º 95/1998. - A avaliação deve estar documentada em relatório, parecer, estudo técnico, ata de comissão ou outro instrumento que descreva, de forma clara, os critérios utilizados, a metodologia aplicada e os resultados obtidos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação parlamentar	IV02. Controle de Qualidade da função legislativa	22549	Anexe documentos que evidenciem, no ano de referência, a realização de processo formal de avaliação da qualidade de toda legislação produzida, considerando clareza, coerência e aplicabilidade das leis.		ANEXO	NÃO	(22548 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação parlamentar	IV02. Controle de Qualidade da função legislativa	22550	A Câmara Municipal realizou, no ano de referência, parceria com outras instituições (ex: universidades, órgãos de controle, outras Câmaras) para aprimorar a qualidade de sua atuação legislativa?	- A Câmara Municipal deve possuir registro formal que comprove a realização, no ano de referência, de ao menos uma parceria com outras instituições, como universidades, órgãos de controle, outras câmaras municipais ou entidades afins, com o objetivo de aprimorar a qualidade de sua atuação legislativa. - A parceria deve estar documentada por meio de acordo, convênio, termo de cooperação, ofício, ata, relatório de atividade conjunta ou outro instrumento que descreva, de forma clara, a finalidade da cooperação e as ações realizadas.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação parlamentar	IV02. Controle de Qualidade da função legislativa	22551	Anexe documentos que evidenciem, no ano de referência, a realização de parceria com outras instituições (ex: universidades, órgãos de controle, outras Câmaras) para aprimorar a qualidade de sua atuação legislativa		ANEXO	NÃO	(22550 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação parlamentar	IV02. Controle de Qualidade da função legislativa	22552	A Câmara Municipal elaborou e publicou, no ano de referência, relatório anual das atividades da Câmara?	- A Câmara Municipal deve possuir registro formal que comprove a elaboração do relatório anual das atividades da Câmara no ano de referência. - O relatório deve ter sido publicado oficialmente no período avaliado, em meio digital (site institucional, portal da transparência) ou físico, contendo informações sobre as atividades legislativas, administrativas e institucionais realizadas.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal

Q01. Atuação parlamentar	IV02. Controle de Qualidade da função legislativa	22553	Anexe documento que evidencie, no ano de referência, a elaboração e publicação de relatório anual das atividades da Câmara.		ANEXO	NÃO	(22552 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação parlamentar	IV02. Controle de Qualidade da função legislativa	22554	A Câmara Municipal realizou, no exercício de referência, audiências públicas para tratar temas de interesse da comunidade?	- A Câmara Municipal deve possuir registro formal que comprove a realização, no exercício de referência, de ao menos uma audiência pública destinada a tratar temas de interesse da comunidade. - As audiências públicas devem estar documentadas por meio de editais de convocação, atas, listas de presença, gravações, relatórios de resultados ou outros instrumentos que permitam verificar sua efetiva realização e o tema debatido.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação parlamentar	IV02. Controle de Qualidade da função legislativa	22555	Anexe documento que evidencie, no ano de referência, a realização de audiências públicas para tratar temas de interesse da comunidade.		ANEXO	NÃO	(22554 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação parlamentar	IV02. Controle de Qualidade da função legislativa	22556	No exercício de referência, todas as ausências dos vereadores nas sessões e reuniões foram justificadas e fundamentadas formalmente?	- A Câmara Municipal deve possuir registros formais que comprovem que todas as ausências dos vereadores nas sessões plenárias e nas reuniões realizadas no exercício de referência foram acompanhadas de justificativas apresentadas de forma oficial. - As justificativas devem estar fundamentadas, com indicação expressa do motivo da ausência, apresentadas dentro do prazo previsto em ato normativo e devidamente protocoladas ou registradas em sistema oficial.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação parlamentar	IV02. Controle de Qualidade da função legislativa	22557	Anexe documentos que evidenciem, no ano de referência, que todas as ausências dos vereadores nas sessões plenárias e nas reuniões realizadas no exercício de referência foram acompanhadas de justificativas apresentadas de forma oficial		ANEXO	NÃO	(22556 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação parlamentar	IV02. Controle de Qualidade da função legislativa	22558	A Câmara Municipal possui procedimento estabelecido para análise da clareza e objetividade das proposições legislativas (observância da Lei Complementar n.º 95/1998, coerência com regimento e outras normas)?	- A Câmara Municipal deve possuir fluxos estabelecidos que permitam verificar que as proposições apresentadas pelos vereadores são elaboradas com clareza, objetividade e observância das normas. - As proposições devem estar redigidas de forma coerente com o Regimento Interno, a Lei Orgânica do Município e demais normas aplicáveis, apresentando estrutura adequada, linguagem objetiva e justificativa quando exigida.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação parlamentar	IV02. Controle de Qualidade da função legislativa	22559	A Câmara Municipal avaliou, no exercício de referência, o tempo médio de tramitação das proposições legislativas?	- A Câmara Municipal deve possuir registro formal que comprove a realização, no exercício de referência, de avaliação do tempo médio de tramitação das proposições legislativas. - A avaliação deve estar documentada em relatório, planilha, estudo técnico, parecer ou outro instrumento que apresente, de forma clara, os prazos observados nas etapas de tramitação, incluindo comparações, médias ou indicadores consolidados.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal

Q01. Atuação parlamentar	IV02. Controle de Qualidade da função legislativa	22560	Anexe documentos que evidenciem, no ano de referência, a avaliação do tempo médio de tramitação das proposições legislativas		ANEXO	NÃO	(22559 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q02. Comissões	IV03. Formação de comissões	22561	Existe Comissão Permanente de Constituição e Justiça?	- Deve haver ato de criação ou previsão regimental da Comissão Permanente de Constituição e Justiça. - A existência da comissão deve estar formalmente constituída.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q02. Comissões	IV03. Formação de comissões	22562	Anexe documentos que evidenciem, no ano de referência, a existência da Comissão Permanente de Constituição e Justiça.		ANEXO	NÃO	(22561 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q02. Comissões	IV03. Formação de comissões	22563	Existe Comissão Permanente de Educação?	- Deve haver ato de criação ou previsão regimental da Comissão Permanente de Educação. - A existência da comissão deve estar formalmente constituída.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q02. Comissões	IV03. Formação de comissões	22564	Anexe documentos que evidenciem, no ano de referência, a existência da Comissão Permanente de Educação.		ANEXO	NÃO	(22563 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q02. Comissões	IV03. Formação de comissões	22565	Existe Comissão Permanente de Finanças e Orçamento?	- Deve haver ato de criação ou previsão regimental da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento. - A existência da comissão deve estar formalmente constituída.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q02. Comissões	IV03. Formação de comissões	22566	Anexe documentos que evidenciem, no ano de referência, a existência da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento.		ANEXO	NÃO	(22565 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal

Q02. Comissões	IV03. Formação de comissões	22567	Existe Comissão Permanente de Política Urbana?	- Deve haver ato de criação ou previsão regimental da Comissão Permanente de Política Urbana. - A existência da comissão deve estar formalmente constituída.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q02. Comissões	IV03. Formação de comissões	22568	Anexe documentos que evidenciem, no ano de referência, a existência da Comissão Permanente de Política Urbana.		ANEXO	NÃO	(22567 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q02. Comissões	IV03. Formação de comissões	22569	Existe Comissão Permanente de Meio Ambiente?	- Deve haver ato de criação ou previsão regimental da Comissão Permanente de Meio Ambiente. - A existência da comissão deve estar formalmente constituída.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q02. Comissões	IV03. Formação de comissões	22570	Anexe documentos que evidenciem, no ano de referência, a existência da Comissão Permanente de Meio Ambiente.		ANEXO	NÃO	(22569 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q02. Comissões	IV03. Formação de comissões	22571	Existe Comissão Permanente de Saúde?	- Deve haver ato de criação ou previsão regimental da Comissão Permanente de Saúde. - A existência da comissão deve estar formalmente constituída.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q02. Comissões	IV03. Formação de comissões	22572	Anexe documentos que evidenciem, no ano de referência, a existência da Comissão Permanente de Saúde.		ANEXO	NÃO	(22571 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q02. Comissões	IV03. Formação de comissões	22573	Existe Comissão Permanente de Segurança Pública?	- Deve haver ato de criação ou previsão regimental da Comissão Permanente de Segurança Pública. - A existência da comissão deve estar formalmente constituída.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal

Q02. Comissões	IV03. Formação de comissões	22574	Anexe documentos que evidenciem, no ano de referência, a existência da Comissão Permanente de Segurança Pública.		ANEXO	NÃO	(22573 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q02. Comissões	IV03. Formação de comissões	22575	Existe Comissão Permanente de Assistência Social?	- Deve haver ato de criação ou previsão regimental da Comissão Permanente de Assistência Social. - A existência da comissão deve estar formalmente constituída.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q02. Comissões	IV03. Formação de comissões	22576	Anexe documentos que evidenciem, no ano de referência, a existência da Comissão Permanente de Assistência Social.		ANEXO	NÃO	(22575 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q02. Comissões	IV03. Formação de comissões	22577	O Regimento define as competências das comissões permanentes e temporárias quanto à análise de matérias legislativas?	- O Regimento Interno deve definir claramente as competências das comissões permanentes e temporárias para análise de matérias legislativas. - As competências devem estar descritas nos dispositivos regimentais.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22513 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q02. Comissões	IV03. Formação de comissões	22578	Informe o dispositivo do regimento interno da Câmara Municipal que dispõe sobre as competências das comissões permanentes e temporárias quanto à análise de matérias legislativas.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22577 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q02. Comissões	IV04. Regulamentação da atuação das comissões	22579	A Câmara Municipal dispõe de ato normativo que regulamente os processos de trabalho para atuação das comissões?	- A Câmara Municipal deve possuir ato normativo, resolução ou regulamento interno que estabeleça de forma clara os processos de trabalho para a atuação das comissões permanentes e temporárias. - O ato normativo deve descrever, no mínimo, procedimentos relacionados à realização periódicas de reuniões; processos de trabalho de fiscalização; acompanhamento dos planos de educação, saúde, assistência social e meio ambiente; apuração de denúncias; realização de estudos sobre temas de interesse público; realização de audiências públicas; emissão de parecer acerca das propostas orçamentárias; e realização de reuniões com os secretários municipais.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal

Q02. Comissões	IV04. Regulamentação da atuação das comissões	22580	Anexe o ato normativo que regulamentou os processos de trabalho para a atuação das comissões.		ANEXO	NÃO	(22579 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q02. Comissões	IV04. Regulamentação da atuação das comissões	22581	O ato normativo regulamenta a realização de reuniões, ao menos semestralmente, para todas as comissões instituídas?		SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22579 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q02. Comissões	IV04. Regulamentação da atuação das comissões	22582	O ato normativo regulamenta os processos de trabalhos das comissões de Educação, Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente, ou equivalentes, nas fiscalizações?	- O ato normativo deve regulamentar de forma explícita os processos de trabalho das comissões de Educação, Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente, ou de estruturas equivalentes, quando atuarem em fiscalizações. - A regulamentação deve descrever, de forma clara, as atribuições das comissões nas fiscalizações, incluindo etapas de análise, procedimentos de coleta de informações, realização de reuniões, emissão de pareceres e prazos de atuação.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22579 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q02. Comissões	IV04. Regulamentação da atuação das comissões	22583	O ato normativo regulamenta a execução e o acompanhamento de metas e programas definidos nos planos em relação às áreas de atuação das comissões de Educação, Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente, ou equivalentes?		SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22579 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q02. Comissões	IV04. Regulamentação da atuação das comissões	22584	O ato normativo regulamenta a apuração de denúncias recebidas pelas comissões instituídas?		SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22579 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q02. Comissões	IV04. Regulamentação da atuação das comissões	22585	O ato normativo regulamenta a realização de estudos sobre temas de interesse público dentro da área de atuação das comissões de Educação, Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente, ou equivalentes?		SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22579 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q02. Comissões	IV04. Regulamentação da atuação das comissões	22586	O ato normativo regulamenta a realização de audiências públicas pelas comissões de Educação, Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente, ou equivalentes?		SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22579 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal

Q02. Comissões	IV04. Regulamentação da atuação das comissões	22587	O ato normativo regulamenta a emissão de parecer acerca da proposta orçamentária em relação às áreas de atuação das comissões de Educação, Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente, ou equivalentes?		SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22579 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q02. Comissões	IV04. Regulamentação da atuação das comissões	22588	O ato normativo regulamenta a realização de reuniões com secretários municipais referentes às áreas de atuação das comissões de Educação, Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente, ou equivalentes?		SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22579 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q02. Comissões	IV05. Atuação de comissões	22589	Todas as comissões realizaram reuniões, no mínimo semestralmente, no ano de referência?	- Devem existir atas, registros ou relatórios que comprovem a realização de reuniões das comissões. - As reuniões devem tratar de matérias pertinentes às comissões.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q02. Comissões	IV05. Atuação de comissões	22590	Anexe as atas referentes a todas as reuniões realizadas pelas comissões no exercício de referência.		ANEXO	NÃO	(22589 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q02. Comissões	IV05. Atuação de comissões	22591	As comissões de Educação, Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente, ou equivalentes, emitiram relatórios de fiscalização, no exercício de referência, em relação ao cumprimento das leis e à boa gestão dos recursos públicos na sua área de atuação?	- As comissões de Educação, Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente, ou equivalentes, devem possuir relatórios formais de fiscalização emitidos no exercício de referência.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22589 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q02. Comissões	IV05. Atuação de comissões	22592	As comissões de Educação, Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente, ou equivalentes, acompanharam, no exercício de referência, a execução de metas e programas definidos nos planos em relação a sua área de atuação?	- As comissões devem possuir registros formais que comprovem o acompanhamento da execução das metas e programas definidos nos planos setoriais da respectiva área (educação, saúde, assistência social, meio ambiente). - O acompanhamento deve estar documentado em atas, relatórios, notas técnicas, registros de reuniões ou documentos equivalentes.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22589 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q02. Comissões	IV05. Atuação de comissões	22593	Todas as comissões, quando demandadas, receberam formalmente e apuraram, no exercício de referência, denúncias afetas a sua área de atuação?	- Deve existir registro formal de recebimento de denúncias apresentadas às comissões quando relacionadas à sua área de atuação. - As comissões devem possuir documentação que comprove a apuração das denúncias, incluindo diligências, solicitações de informação ou relatórios conclusivos.	SIM/NÃO/NÃO SE APLICA (COMBO BOX)	SIM	(22589 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal

Q02. Comissões	IV05. Atuação de comissões	22594	As comissões de Educação, Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente, ou equivalentes, promoveram, no exercício de referência, estudos sobre temas de interesse público dentro da sua área de atuação?	- As comissões devem possuir registros formais que comprovem a realização de estudos sobre temas de interesse público relacionados à sua área de atuação no exercício de referência. - Os estudos devem estar documentados em pareceres, notas técnicas, relatórios, pesquisas ou documentos equivalentes.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22589 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q02. Comissões	IV05. Atuação de comissões	22595	As comissões de Educação, Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente, ou equivalentes, promoveram, no exercício de referência, audiências públicas para debater com sociedade dentro da sua área de atuação?	- As comissões devem possuir registros formais que comprovem a realização, no exercício de referência, de ao menos uma audiência pública relacionada à sua área de atuação. - A realização deve estar documentada por meio de editais, atas, gravações, relatórios ou listas de presença.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22589 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q02. Comissões	IV05. Atuação de comissões	22596	As comissões de Educação, Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente, ou equivalentes, emitiram, no exercício de referência, parecer acerca da proposta orçamentária em relação a sua área de atuação?	- As comissões devem possuir parecer formal emitido, no exercício de referência, sobre a proposta orçamentária do município no que se refere à respectiva área de atuação.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22589 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q02. Comissões	IV05. Atuação de comissões	22597	As comissões de Educação, Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente, ou equivalentes, realizaram reuniões, ao menos uma vez no exercício de referência, com os respectivos secretários municipais ou dirigentes para debates referentes à sua área de atuação?	- As comissões devem possuir registros formais que comprovem a realização, no exercício de referência, de ao menos uma reunião com secretários municipais ou dirigentes responsáveis pelas áreas correlatas. - Os registros devem estar documentados em atas, listas de presença, convites, relatórios ou documentos equivalentes.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22589 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV06. Normatização da função fiscalizadora	22598	A Câmara Municipal dispõe de ato normativo que regulamente a execução das fiscalizações?	- Deve existir ato normativo que discipline a execução das fiscalizações. - O ato deve estar vigente no exercício de referência. - O documento deve estar disponível para verificação.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV06. Normatização da função fiscalizadora	22599	Anexe o ato normativo que regulamenta a execução das fiscalizações.		ANEXO	NÃO	(22598 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV06. Normatização da função fiscalizadora	22600	O ato define formas e critérios para a constituição de equipes/comissões responsáveis para executar as fiscalizações?	- O ato deve definir formas e critérios para composição de equipes ou comissões fiscalizadoras. - Os critérios devem estar descritos de forma clara e objetiva.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22598 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal

Q03. Fiscalização	IV06. Normatização da função fiscalizadora	22601	Informe os dispositivos do ato normativo que define formas e critérios para a constituição de equipes/comissões responsáveis para executar as fiscalizações.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do Ato Normativo XX/XXXX"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22600 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV06. Normatização da função fiscalizadora	22602	O ato normativo estabelece a forma de requerimentos de informação ao Prefeito e/ou secretários (com prazo legal para resposta)?	- O ato deve estabelecer procedimentos e prazos para requerimentos de informação ao Executivo. - Deve prever prazo legal para resposta. - O documento deve estar disponível para verificação.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22598 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV06. Normatização da função fiscalizadora	22603	Informe os dispositivos do ato normativo que definem a forma de requerimentos de informação ao Prefeito e/ou secretários (com prazo legal para resposta).	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do Ato Normativo XX/XXXX"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22600 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV06. Normatização da função fiscalizadora	22604	O ato normativo define um modelo padrão de relatório de fiscalização?	- O ato deve definir modelo padrão de relatório de fiscalização. - O modelo deve conter elementos mínimos de análise. - O documento deve estar disponível para verificação.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22603 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV06. Normatização da função fiscalizadora	22605	Informe os dispositivos do ato normativo que definem o modelo padrão de relatório de fiscalização.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do Ato Normativo XX/XXXX"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22604 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV06. Normatização da função fiscalizadora	22606	O ato normativo disciplina sobre a forma de discussão de achados (problemas encontrados) com os gestores do Poder Executivo antes da publicidade do relatório?	- O ato deve disciplinar a discussão de achados com gestores antes da publicidade dos relatórios. - Os procedimentos devem estar descritos de forma clara. - O documento deve estar disponível para verificação.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22598 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV06. Normatização da função fiscalizadora	22607	Informe os dispositivos do ato normativo que dispõem sobre a forma de discussão de achados (problemas encontrados) com os gestores do Poder Executivo antes da publicidade do relatório.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do Ato Normativo XX/XXXX"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22606 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal

Q03. Fiscalização	IV06. Normatização da função fiscalizadora	22608	O ato normativo estabelece os possíveis encaminhamentos de achados (problemas encontrados) das fiscalizações ao Ministério Público, Tribunal de Contas ou outros órgãos competentes?	- O ato deve prever encaminhamentos de achados ao MP, TCE ou outros órgãos. - Os critérios e situações de encaminhamento devem estar definidos. - O documento deve estar disponível para verificação.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22598 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV06. Normatização da função fiscalizadora	22609	Informe os dispositivos do ato normativo que dispõem sobre os possíveis encaminhamentos de achados (problemas encontrados) das fiscalizações ao Ministério Público, Tribunal de Contas ou outros órgãos competentes.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do Ato Normativo XX/XXXX"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22608 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV06. Normatização da função fiscalizadora	22610	O ato normativo define um modelo de um plano de ação (a ser elaborado pelo Poder Executivo) para o atendimento das recomendações provenientes das fiscalizações, contendo no mínimo a necessidade de ação, prazos e responsáveis pela implementação?	- O ato deve definir modelo de plano de ação com necessidade, prazos e responsáveis. - O modelo deve ser aplicável às fiscalizações realizadas. - O documento deve estar disponível para verificação.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22598 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV06. Normatização da função fiscalizadora	22611	Informe os dispositivos do ato normativo que dispõem sobre modelo de um plano de ação (a ser elaborado pelo Poder Executivo) para o atendimento das recomendações provenientes das fiscalizações, contendo no mínimo a necessidade de ação, prazos e responsáveis pela implementação.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do Ato Normativo XX/XXXX"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22610 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV07. Plano de Fiscalização	22612	A Câmara Municipal elaborou formalmente, no ano de referência, um plano de fiscalização do Poder Executivo?	- A Câmara Municipal deve possuir registro formal que comprove a elaboração, no ano de referência, de um plano de fiscalização do Poder Executivo. - O plano deve estar documentado em resolução, relatório, plano anual, ato da mesa, ato das comissões ou outro instrumento oficial que descreva, de forma clara, as ações fiscalizatórias previstas, seus responsáveis e sua periodicidade.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV07. Plano de Fiscalização	22613	Anexe documento que evidencie, no ano de referência, a existência de um plano de fiscalização do Poder Executivo.		ANEXO	NÃO	(22612 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV07. Plano de Fiscalização	22614	O Plano de fiscalização foi aprovado em sessão plenária?	- Deve existir ata ou registro oficial da sessão plenária que comprove a aprovação do Plano de Fiscalização. - A aprovação deve ter ocorrido no exercício de referência.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22612 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal

Q03. Fiscalização	IV07. Plano de Fiscalização	22615	Anexe documento que evidencie, no ano de referência, a aprovação de um plano de fiscalização do Poder Executivo em sessão plenária.		ANEXO	NÃO	(22614 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV07. Plano de Fiscalização	22616	O Plano de fiscalização foi publicado no site oficial da Câmara Municipal?	- O Plano de Fiscalização deve estar publicado no site oficial da Câmara Municipal. - A publicação deve estar acessível ao público no exercício de referência.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22612 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV07. Plano de Fiscalização	22617	Informe o link de acesso ao Plano de Fiscalização no site oficial da Câmara Municipal.		COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22616 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV07. Plano de Fiscalização	22618	O Plano de fiscalização prevê um cronograma com prazos e responsáveis para a execução das ações fiscalizatórias durante o exercício corrente?	- O Plano deve conter cronograma com prazos e responsáveis definidos para a execução das ações fiscalizatórias. - O cronograma deve abranger todas as ações previstas para o exercício corrente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22612 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV07. Plano de Fiscalização	22619	Informe os dispositivos do Plano de Fiscalização que apresentam cronograma com prazos e responsáveis para a execução das ações fiscalizatórias durante o exercício corrente?		COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22618 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV07. Plano de Fiscalização	22620	No processo de elaboração do Plano de Fiscalização, foram consideradas as demandas apresentadas pelos vereadores? Exemplos: rol de indicações efetuadas durante o exercício.	- O Plano de Fiscalização deve demonstrar que incorporou demandas apresentadas pelos vereadores. - As demandas devem estar registradas em documentos formais, como indicações ou requerimentos. - A prova pode ser produzida por meio de Ata que registrou a aprovação do Plano de Fiscalização em que conste a consideração de indicações e requerimentos apresentados pelos vereadores.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22612 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV07. Plano de Fiscalização	22621	No processo de elaboração do Plano de Fiscalização, foram consideradas as demandas apresentadas pelas comissões?	- O Plano deve evidenciar a consideração das demandas apresentadas pelas comissões permanentes ou temporárias. - As demandas devem estar documentadas em atas, relatórios ou encaminhamentos formais.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22612 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal

Q03. Fiscalização	IV07. Plano de Fiscalização	22622	No processo de elaboração do Plano de Fiscalização, foram consideradas as demandas oriundas dos canais de comunicação da Câmara Municipal (ouvidoria)?	- O Plano deve considerar demandas oriundas da ouvidoria ou canais oficiais de comunicação. - As demandas devem estar registradas em sistema, relatórios ou planilhas oficiais.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22612 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV07. Plano de Fiscalização	22623	No processo de elaboração do Plano de Fiscalização, foram consideradas as demandas apresentadas por meio da proposição ativa da participação dos cidadãos e/ou das organizações da sociedade civil (sociedade civil organizada) do Município?	- O Plano deve evidenciar que considerou contribuições de cidadãos ou organizações da sociedade civil. - Deve haver registro formal de consultas, audiências, recebimento de propostas ou participação social.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22612 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV07. Plano de Fiscalização	22624	No processo de elaboração do Plano de Fiscalização, foram considerados os graus de implementação de políticas públicas apurados pelo TCEPR nas contas do Prefeito Municipal (ProGov)?	- O Plano deve ter utilizado informações do ProGov referentes ao grau de implementação de políticas públicas. - A análise deve estar registrada em relatório, planilha ou justificativa incluída no Plano.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22612 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV07. Plano de Fiscalização	22625	A Câmara Municipal dispõe de relatório que contenha a relação das fiscalizações realizadas no exercício corrente?	- A Câmara deve possuir relatório formal contendo todas as fiscalizações realizadas. - O relatório deve listar claramente cada ação fiscalizatória.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV07. Plano de Fiscalização	22626	Anexe relatório que contenha a relação das fiscalizações realizadas no exercício corrente		ANEXO	NÃO	(22625 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV07. Plano de Fiscalização	22627	O relatório contempla todas as fiscalizações realizadas no exercício corrente, abrangendo o que foi planejado e o que de fato foi executado?	- O relatório deve apresentar o comparativo entre fiscalizações planejadas e executadas. - Deve conter evidências de execução e resultados obtidos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV07. Plano de Fiscalização	22628	O relatório está publicado no site oficial da Câmara Municipal?	- O relatório deve estar publicado no site oficial da Câmara Municipal. - A publicação deve estar acessível ao público.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22625 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal

Q03. Fiscalização	IV07. Plano de Fiscalização	22629	Informe o link em que é possível consultar o relatório publicado no site oficial da Câmara Municipal.		COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22628 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV08. Execução das fiscalizações	22630	A Câmara Municipal realizou fiscalizações no exercício corrente?	- Deve existir registro formal das fiscalizações realizadas no exercício. - As fiscalizações devem estar documentadas em relatórios, atas ou registros oficiais.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV08. Execução das fiscalizações	22631	A Câmara Municipal realizou fiscalização, no ano de referência, na área de Educação?	- Deve existir registro formal comprovando fiscalização na área de Educação. - A fiscalização deve ter sido realizada no ano de referência.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22630 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV08. Execução das fiscalizações	22632	Anexe documentos que evidenciem, no ano de referência, a realização de fiscalização na área de Educação.		ANEXO	NÃO	(22631 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV08. Execução das fiscalizações	22633	A Câmara Municipal realizou fiscalização, no ano de referência, na área da Saúde?	- Deve existir registro formal comprovando fiscalização na área da Saúde. - A fiscalização deve ter sido realizada no ano de referência.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22630 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV08. Execução das fiscalizações	22634	Anexe documentos que evidenciem, no ano de referência, a realização de fiscalização na área da Saúde.		ANEXO	NÃO	(22633 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV08. Execução das fiscalizações	22635	A Câmara Municipal realizou fiscalização, no ano de referência, na área da Assistência Social?	- Deve existir registro formal comprovando fiscalização na área de Assistência Social. - A fiscalização deve ter sido realizada no ano de referência.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22630 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal

Q03. Fiscalização	IV08. Execução das fiscalizações	22636	Anexe documentos que evidenciem, no ano de referência, a realização de fiscalização na área de Assistência Social.		ANEXO	NÃO	(22635 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV08. Execução das fiscalizações	22637	A Câmara Municipal realizou fiscalização, no ano de referência, na área de Meio Ambiente?	- Deve existir registro formal comprovando fiscalização na área de Meio Ambiente. - A fiscalização deve ter sido realizada no ano de referência.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22630 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV08. Execução das fiscalizações	22638	Anexe documentos que evidenciem, no ano de referência, a realização de fiscalização na área de Meio Ambiente.		ANEXO	NÃO	(22637 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV08. Execução das fiscalizações	22639	A Câmara Municipal realizou fiscalização, no ano de referência, na área de Administração Financeira?	- Deve existir registro formal comprovando fiscalização na área de Administração Financeira. - A fiscalização deve ter sido realizada no ano de referência.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22630 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV08. Execução das fiscalizações	22640	Anexe documentos que evidenciem, no ano de referência, a realização de fiscalização na área de Administração Financeira.		ANEXO	NÃO	(22639 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV08. Execução das fiscalizações	22641	A Câmara Municipal realizou fiscalização, no ano de referência, na área de Aquisições e Contratações?	- Deve existir registro formal comprovando fiscalização na área de Aquisições e Contratações. - A fiscalização deve ter sido realizada no ano de referência.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22630 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV08. Execução das fiscalizações	22642	Anexe documentos que evidenciem, no ano de referência, a realização de fiscalização na área de Aquisições e Contratações.		ANEXO	NÃO	(22641 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal

Q03. Fiscalização	IV08. Execução das fiscalizações	22643	A Câmara Municipal realizou fiscalização, no ano de referência, na área de Transparência, Controle e Relacionamento com o Cidadão?	- Deve existir registro formal comprovando fiscalização na área de Transparência, Controle e Relacionamento com o Cidadão. - A fiscalização deve ter sido realizada no ano de referência.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22630 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV08. Execução das fiscalizações	22644	Anexe documentos que evidenciem, no ano de referência, a realização de fiscalização na área de Transparência, Controle e Relacionamento com o Cidadão.		ANEXO	NÃO	(22643 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV08. Execução das fiscalizações	22645	Todos os relatórios preliminares referentes às fiscalizações realizadas, no ano de referência, foram discutidos com os gestores a fim de definir resoluções para os achados apontados nas fiscalizações?	- Deve existir registro formal demonstrando discussão dos relatórios preliminares com gestores. - As discussões devem estar registradas em atas, ofícios, e-mails ou relatórios.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22630 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV08. Execução das fiscalizações	22646	Os relatórios finais, após a discussão de achados com os gestores, das fiscalizações realizadas no ano de referência, estão disponibilizados no site oficial da Câmara Municipal?	- Os relatórios finais devem estar publicados no site oficial da Câmara. - A publicação deve incluir conclusões e encaminhamentos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22630 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV08. Execução das fiscalizações	22647	Informe o link em que é possível consultar o relatório final de fiscalização realizada no ano de referência publicado no site oficial da Câmara Municipal.		COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22646 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q04. Julgamento das contas	IV09. Regulamentação do julgamento das contas do Prefeito	22648	O Regimento Interno da Câmara Municipal possui regulamentação específica sobre o processo de julgamento das contas do Prefeito Municipal?	- O Regimento Interno deve conter regulamentação específica sobre julgamento das contas do Prefeito. - Os procedimentos devem estar descritos de forma clara.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q04. Julgamento das contas	IV09. Regulamentação do julgamento das contas do Prefeito	22649	Anexe o Regimento Interno que evidencie a regulamentação específica sobre o processo de julgamento das contas do Prefeito Municipal.		ANEXO	NÃO	(22648 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal

Q04. Julgamento das contas	IV09. Regulamentação do julgamento das contas do Prefeito	22650	O Regimento Interno detalha o procedimento de recebimento do parecer prévio do TCE sobre as contas do Prefeito, incluindo sua publicação e disponibilização aos Vereadores?	- O Regimento Interno deve detalhar o procedimento de recebimento, publicação e disponibilização do parecer prévio. - Deve garantir acesso aos vereadores.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22648 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q04. Julgamento das contas	IV09. Regulamentação do julgamento das contas do Prefeito	22651	Informe o dispositivo do regimento interno da Câmara Municipal que dispõe sobre o recebimento do parecer prévio do TCE sobre as contas do Prefeito, incluindo sua publicação e disponibilização aos Vereadores.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22650 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q04. Julgamento das contas	IV09. Regulamentação do julgamento das contas do Prefeito	22652	O Regimento Interno prevê a notificação do Prefeito para conhecimento do início do processamento das contas pelo Poder Legislativo?	- O Regimento Interno deve conter dispositivo que determine a notificação formal do Prefeito sobre o início do processamento das contas. - A notificação deve constar em ato oficial, com forma e prazo definidos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22648 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q04. Julgamento das contas	IV09. Regulamentação do julgamento das contas do Prefeito	22653	Informe o dispositivo do regimento interno da Câmara Municipal que dispõe sobre a notificação do Prefeito para conhecimento do início do processamento das contas pelo Poder Legislativo.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22652 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q04. Julgamento das contas	IV09. Regulamentação do julgamento das contas do Prefeito	22654	O Regimento Interno estabelece o prazo máximo para que a Câmara Municipal julgue as contas do Prefeito após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado (TCE)?	- O Regimento Interno deve estabelecer prazo máximo para julgamento das contas após o recebimento do parecer prévio do TCE. - O prazo deve estar definido de forma clara e objetiva.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22648 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q04. Julgamento das contas	IV09. Regulamentação do julgamento das contas do Prefeito	22655	Informe o dispositivo do regimento interno da Câmara Municipal que estabelece o prazo máximo para que a Câmara Municipal julgue as contas do Prefeito após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado (TCE).	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22654 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q04. Julgamento das contas	IV09. Regulamentação do julgamento das contas do Prefeito	22656	O Regimento Interno prevê a inclusão automática das contas na ordem do dia imediatamente seguinte ao prazo ou outra medida de encaminhamento das contas?	- O Regimento Interno deve prever a inclusão automática das contas na ordem do dia ou outro encaminhamento imediato após decorrido o prazo regimental. - O procedimento deve estar descrito de forma clara.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22648 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal

Q04. Julgamento das contas	IV09. Regulamentação do julgamento das contas do Prefeito	22657	Informe o dispositivo do regimento interno da Câmara Municipal que prevê a inclusão automática das contas na ordem do dia imediatamente seguinte ao prazo ou outra medida de encaminhamento das contas.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22656 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q04. Julgamento das contas	IV09. Regulamentação do julgamento das contas do Prefeito	22658	O Regimento Interno prevê a competência de uma comissão específica (permanente ou temporária) para a análise do parecer prévio e instrução do processo de prestação de contas do Prefeito, antes da deliberação do Plenário?	- O Regimento Interno deve prever comissão específica responsável pela análise do parecer prévio e instrução processual. - A competência da comissão deve estar descrita de forma clara.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22648 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q04. Julgamento das contas	IV09. Regulamentação do julgamento das contas do Prefeito	22659	Informe o dispositivo do regimento interno que prevê a competência de uma comissão específica (permanente ou temporária) para a análise do parecer prévio e instrução do processo de prestação de contas do Prefeito, antes da deliberação do Plenário	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22658 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q04. Julgamento das contas	IV09. Regulamentação do julgamento das contas do Prefeito	22660	O Regimento Interno da Câmara Municipal prevê a participação de comissões temáticas (ex.: Saúde, Educação, Finanças) na análise e instrução do processo de julgamento das contas do Prefeito, especialmente para as questões que abordam políticas públicas mencionadas no parecer prévio do TCE?	- O Regimento Interno deve prever participação de comissões temáticas na instrução das contas, quando pertinentes às matérias do parecer prévio. - As competências devem estar descritas de forma clara.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22648 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q04. Julgamento das contas	IV09. Regulamentação do julgamento das contas do Prefeito	22661	Informe o dispositivo do regimento interno que prevê a participação de comissões temáticas (ex.: Saúde, Educação, Finanças) na análise e instrução do processo de julgamento das contas do Prefeito, especialmente para as questões que abordam políticas públicas mencionadas no parecer prévio do TCE.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22660 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q04. Julgamento das contas	IV10. Instrução e Andamento Processual	22662	O Regimento Interno estabelece o procedimento para diligências, solicitação de informações ou exames a diversas áreas do Município a fim de obter documentos que possam ser necessários para a instrução do processo de julgamento das contas, especialmente quando houver questionamentos ou defesas apresentadas?	- O Regimento Interno deve estabelecer formalmente o procedimento para diligências, solicitações de informações e exames complementares. - Os requisitos e etapas devem estar descritos claramente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22648 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q04. Julgamento das contas	IV10. Instrução e Andamento Processual	22663	Informe o dispositivo do regimento interno que prevê o procedimento para diligências, solicitação de informações ou exames a diversas áreas do Município a fim de obter documentos que possam ser necessários para a instrução do processo de julgamento das contas, especialmente quando houver questionamentos ou defesas apresentadas.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22662 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal

Q04. Julgamento das contas	IV10. Instrução e Andamento Processual	22664	Durante a instrução do processo, quando há novos fatos, é concedida a oportunidade de defesa ao Prefeito Municipal, garantindo sempre o direito ao contraditório amplo?	- O Regimento Interno deve garantir oportunidade de defesa complementar quando surgirem novos fatos. - O direito ao contraditório deve estar claramente previsto.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22648 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q04. Julgamento das contas	IV10. Instrução e Andamento Processual	22665	Informe o dispositivo do regimento interno que prevê oportunidade de defesa complementar quando surgirem novos fatos.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22664 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q04. Julgamento das contas	IV10. Instrução e Andamento Processual	22666	O Regimento Interno garante expressamente o direito ao Prefeito de apresentar defesa escrita antes do julgamento das contas pelo Plenário?	- O Regimento Interno deve prever o direito do Prefeito de apresentar defesa escrita antes do julgamento. - Os prazos e forma de apresentação devem estar definidos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22648 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q04. Julgamento das contas	IV10. Instrução e Andamento Processual	22667	Informe o dispositivo do regimento interno que prevê o direito do Prefeito de apresentar defesa escrita antes do julgamento das contas pelo Plenário.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22666 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q04. Julgamento das contas	IV10. Instrução e Andamento Processual	22668	O Regimento Interno prevê possível requerimento de prorrogação de prazo para exercício da defesa do Prefeito diante de eventual complexidade da matéria?	- O Regimento Interno deve prever possibilidade de prorrogação de prazo para defesa, mediante justificativa. - Os critérios para concessão devem estar descritos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22648 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q04. Julgamento das contas	IV10. Instrução e Andamento Processual	22669	Informe o dispositivo do regimento interno que prevê possível requerimento de prorrogação de prazo para exercício da defesa do Prefeito diante de eventual complexidade da matéria.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22668 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q04. Julgamento das contas	IV10. Instrução e Andamento Processual	22670	O Regimento Interno prevê a possibilidade de o Prefeito Municipal (ou seu representante legal) apresentar alegações finais após a análise da defesa escrita e antes da realização da sessão de julgamento das contas pelo Plenário?	- O Regimento Interno deve prever a possibilidade de apresentação pelo Prefeito ou representante legal de alegações finais após a análise da defesa escrita. - O procedimento e limites devem estar descritos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22648 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal

Q04. Julgamento das contas	IV10. Instrução e Andamento Processual	22671	Informe o dispositivo do regimento interno que prevê a possibilidade de o Prefeito Municipal (ou seu representante legal) apresentar alegações finais após a análise da defesa escrita e antes da realização da sessão de julgamento das contas pelo Plenário.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22670 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q04. Julgamento das contas	IV10. Instrução e Andamento Processual	22672	O Regimento Interno prevê a possibilidade de consulta pública do processo de contas, disponibilizando-o à população pelo prazo de 60 dias para exame e eventual apresentação de questionamentos ou impugnações?	- O Regimento Interno deve prever consulta pública do processo de contas por prazo mínimo de 60 dias. - Deve definir forma de disponibilização ao cidadão.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22648 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q04. Julgamento das contas	IV10. Instrução e Andamento Processual	22673	Informe o dispositivo do regimento interno que prevê a possibilidade de consulta pública do processo de contas, disponibilizando-o à população pelo prazo de 60 dias para exame e eventual apresentação de questionamentos ou impugnações	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22672 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q04. Julgamento das contas	IV10. Instrução e Andamento Processual	22674	O Regimento Interno prevê expressamente que as audiências realizadas no âmbito do processo de julgamento das contas do Prefeito Municipal serão públicas, garantindo o princípio da transparência?	- O Regimento Interno deve prever que audiências referentes ao processo de contas sejam públicas. - Deve constar garantia de transparência.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22648 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q04. Julgamento das contas	IV10. Instrução e Andamento Processual	22675	Informe o dispositivo do regimento interno que estabelece que as audiências realizadas no âmbito do processo de julgamento das contas do Prefeito Municipal serão públicas, em observância ao princípio da transparência	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22674 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q04. Julgamento das contas	IV10. Instrução e Andamento Processual	22676	O Regimento Interno prevê a notificação do Prefeito para conhecimento da data de julgamento das contas?	- O Regimento Interno deve prever a notificação formal do Prefeito com antecedência mínima sobre a data do julgamento. - A forma de notificação deve estar descrita.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22648 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q04. Julgamento das contas	IV10. Instrução e Andamento Processual	22677	Informe o dispositivo do regimento interno que prevê a notificação do Prefeito para conhecimento da data de julgamento das contas	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22676 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal

Q04. Julgamento das contas	IV11. Deliberação, Recursos e Encaminhamentos	22678	O Regimento Interno estabelece requisitos mínimos para a estrutura da decisão da Comissão e/ou do Decreto Legislativo final de julgamento das contas (ex: relatório, fundamentação dos fatos e do direito, dispositivo)?	- O Regimento Interno deve prever requisitos mínimos para estrutura da decisão ou decreto legislativo, como relatório, fundamentação e dispositivo. - Os requisitos devem estar descritos claramente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22648 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q04. Julgamento das contas	IV11. Deliberação, Recursos e Encaminhamentos	22679	Informe o dispositivo do regimento interno que estabelece requisitos mínimos para a estrutura da decisão da Comissão e/ou do Decreto Legislativo final de julgamento das contas (ex: relatório, fundamentação dos fatos e do direito, dispositivo).	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22678 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q04. Julgamento das contas	IV11. Deliberação, Recursos e Encaminhamentos	22680	As votações relativas ao julgamento das contas do Prefeito são nominais a fim de dar transparência ao processo?	- O Regimento Interno deve prever que as votações do julgamento sejam nominais. - A forma de registro dos votos deve estar definida.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22648 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q04. Julgamento das contas	IV11. Deliberação, Recursos e Encaminhamentos	22681	Informe o dispositivo do regimento interno que estabelece que as votações relativas ao julgamento das contas do Prefeito são nominais a fim de dar transparência ao processo.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22680 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q04. Julgamento das contas	IV11. Deliberação, Recursos e Encaminhamentos	22682	O Regimento Interno estabelece um prazo específico (em dias) para o encaminhamento do resultado do julgamento das contas ao TCE, e, em caso de rejeição, há previsão de encaminhamento ao Ministério Público dentro desse mesmo prazo?	- O Regimento Interno deve prever encaminhamento imediato do decreto legislativo ao TCE e, em caso de rejeição, ao Ministério Público. - O procedimento deve estar descrito de forma clara.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22648 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q04. Julgamento das contas	IV11. Deliberação, Recursos e Encaminhamentos	22683	Informe o dispositivo do regimento interno que estabelece a obrigatoriedade de encaminhamento imediato do resultado do julgamento das contas (Decreto Legislativo) ao TCE e, se for o caso, ao Ministério Público, em situações de rejeição de contas.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22682 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q04. Julgamento das contas	IV11. Deliberação, Recursos e Encaminhamentos	22684	O Regimento Interno prevê embargos de declaração para sanar omissões, contradições ou obscuridades do julgamento das contas?	- O Regimento Interno deve prever embargos de declaração para sanar omissões, contradições ou obscuridades do julgamento das contas. - Os critérios e prazos devem estar definidos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22648 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal

Q04. Julgamento das contas	IV11. Deliberação, Recursos e Encaminhamentos	22685	Informe o dispositivo do regimento interno que preveja os embargos de declaração para sanar omissões, contradições ou obscuridades.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22684 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q04. Julgamento das contas	IV11. Deliberação, Recursos e Encaminhamentos	22686	O Regimento Interno detalha o procedimento e o quórum de 2/3 para que a Câmara Municipal discorde do parecer prévio do TCE (aprovar contas rejeitadas ou rejeitar contas aprovadas pelo TCE)?	- O Regimento Interno deve detalhar procedimento e quórum para discordância do parecer prévio do TCE. - As regras devem estar descritas de forma clara.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22648 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q04. Julgamento das contas	IV11. Deliberação, Recursos e Encaminhamentos	22687	Informe o dispositivo do regimento interno que detalha o procedimento e o quórum de 2/3 para que a Câmara Municipal discorde do parecer prévio do TCE (aprovar contas rejeitadas ou rejeitar contas aprovadas pelo TCE)	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22686 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q04. Julgamento das contas	IV11. Deliberação, Recursos e Encaminhamentos	22688	O Regimento Interno prevê que as razões da divergência dos vereadores em relação ao parecer prévio do Tribunal de Contas deverão constar de forma integral na ata da sessão de julgamento?	- O Regimento Interno deve prever que razões da divergência constem integralmente na ata. - O procedimento deve estar descrito claramente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(22648 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q04. Julgamento das contas	IV11. Deliberação, Recursos e Encaminhamentos	22689	Informe o dispositivo do regimento interno que estabelece que as razões da divergência dos vereadores em relação ao parecer prévio do Tribunal de Contas deverão constar de forma integral na ata da sessão de julgamento.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22688 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q04. Julgamento das contas	IV11. Deliberação, Recursos e Encaminhamentos	22690	A Câmara Municipal divulga o ato que aprecia as Contas do Chefe do Poder Executivo (Decreto) e o teor do julgamento (Ata ou Resumo da Sessão que aprovou ou rejeitou as contas com respectivas justificativas/fundamentação)?	- Deve haver publicação do decreto legislativo e da ata ou resumo com fundamentação da decisão. - Os documentos devem estar acessíveis no site institucional.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q04. Julgamento das contas	IV11. Deliberação, Recursos e Encaminhamentos	22691	Informe links de acesso o ato que aprecia as Contas do Chefe do Poder Executivo (Decreto) e o teor do julgamento (Ata ou Resumo da Sessão que aprovou ou rejeitou as contas com respectivas justificativas/fundamentação).		COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22690 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal

Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV12. Transparência	22692	A Câmara Municipal dispõe de ato normativo que regulamente o funcionamento do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)?	- Deve existir ato normativo específico regulamentando o SIC. - O ato deve estar vigente e acessível.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV12. Transparência	22693	Anexe o ato normativo que regulamenta o funcionamento do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC).		ANEXO	NÃO	(22692 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV12. Transparência	22694	O ato de regulamentação define o fluxo de atendimento (mapeamento) do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), desde o recebimento do pedido de acesso à informação até a resposta ao cidadão, tanto pela via eletrônica quanto presencial?	- O ato deve definir fluxo completo do SIC, desde o recebimento até a resposta ao cidadão. - Deve contemplar vias eletrônica e presencial.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV12. Transparência	22695	Anexe parte do ato normativo que descreva o fluxo completo do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC).		ANEXO	NÃO	(22694 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV12. Transparência	22696	O ato de regulamentação define os responsáveis por cada etapa do fluxo de atendimento do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)?	- O ato deve definir responsáveis por cada etapa do fluxo do SIC. - As atribuições devem estar descritas claramente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV12. Transparência	22697	Anexe parte do ato normativo que descreva o fluxo completo do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC).		ANEXO	NÃO	(22696 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV12. Transparência	22698	O ato de regulamentação define os prazos internos para execução de cada etapa do fluxo do SIC, a fim de garantir o cumprimento do prazo legal de resposta?	- O ato deve fixar prazos internos para garantir atendimento dentro do prazo legal. - Os prazos devem estar descritos claramente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal

Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV12. Transparência	22699	Informe o dispositivo do ato normativo que fixa prazos internos para garantir atendimento dentro do prazo legal.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do Ato Normativo XX/XXXX"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22698 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV12. Transparência	22700	A Câmara Municipal permite que o cidadão envie pedidos de acesso à informação por meio eletrônico?	- A Câmara deve disponibilizar meio eletrônico para envio de pedidos de acesso à informação. - O canal deve estar ativo e acessível ao cidadão. - A existência deve ser verificável.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV12. Transparência	22701	Informe o link que permite que o cidadão envie pedidos de acesso à informação por meio eletrônico.		COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22700 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV12. Transparência	22702	A Câmara Municipal designou formalmente servidores para atuar no Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), com a responsabilidade pelo recebimento e pelo tratamento dos pedidos de acesso à informação?	- Deve existir designação formal de servidores responsáveis pelo SIC. - Os atos de designação devem estar registrados.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV12. Transparência	22703	Anexe o ato que nomeou servidores para atuar no Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), com a responsabilidade pelo recebimento e pelo tratamento dos pedidos de acesso à informação.		ANEXO	NÃO	(22702 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV12. Transparência	22704	A Câmara Municipal possui ato normativo que estabeleça procedimentos e fluxos que identifiquem informações de interesse geral e coletivo que, para fins de transparência, devam ser publicadas em seu site oficial de maneira ativa, ou seja, independente de provocação?	- A Câmara deve possuir ato normativo que estabeleça procedimentos e fluxos destinados a identificar informações de interesse geral e coletivo a serem publicadas ativamente no site oficial (a exemplo de gastos com combustíveis, diárias, despesas contratuais, licitações, remuneração de servidores, etc.). - O ato normativo deve descrever, de forma clara, os tipos de informações a serem divulgadas independentemente de solicitação, bem como a responsabilidade e a periodicidade de atualização.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV12. Transparência	22705	Anexe o ato normativo que estabeleça procedimentos e fluxos que identifiquem informações de interesse geral e coletivo que, para fins de transparência, devam ser publicadas em seu site oficial de maneira ativa, ou seja, independente de provocação.		ANEXO	NÃO	(22704 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal

Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV12. Transparência	22706	A Câmara Municipal, no site oficial, divulga no mínimo os endereços, telefones, e-mails de contato de suas unidades administrativas, o horário de funcionamento e atendimento?	- O site oficial da Câmara deve divulgar, no mínimo, os endereços, telefones e e-mails de contato de suas unidades administrativas, bem como o horário de funcionamento e atendimento ao público. - As informações devem estar organizadas em seção específica de contato ou de estrutura administrativa. - As informações divulgadas devem estar atualizadas e disponíveis para verificação pública.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV12. Transparência	22707	Informe o link para a página do site oficial da Câmara Municipal contendo no mínimo os endereços, telefones, e-mails de contato de suas unidades administrativas, o horário de funcionamento e atendimento.		COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22706 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV12. Transparência	22708	A Câmara Municipal divulga a composição da Casa, com a biografia dos parlamentares?	- O site institucional da Câmara deve divulgar a composição da Casa, contendo a relação nominal dos parlamentares com página individual ou seção específica com biografia ou currículo resumido de cada um. - As informações biográficas devem incluir, no mínimo, dados de identificação básica e informações sobre a atuação parlamentar. - As páginas ou seções com a biografia dos parlamentares devem estar disponíveis para verificação pública.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV12. Transparência	22709	Informe o link para a página do site oficial da Câmara Municipal contendo sua composição e a relação nominal dos parlamentares com página individual ou seção específica com biografia ou currículo resumido de cada um.		COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22708 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV12. Transparência	22710	A Câmara Municipal divulga sua estrutura organizacional, o quadro de cargos efetivos e comissionados?	- O site institucional da Câmara deve divulgar a estrutura organizacional, incluindo organograma ou descrição das unidades administrativas, e a relação dos cargos efetivos e comissionados existentes. - As informações devem indicar, no mínimo, a denominação das unidades, a vinculação hierárquica e os tipos de cargos associados.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV12. Transparência	22711	Informe o link para a página do site oficial da Câmara Municipal contendo a estrutura organizacional, incluindo organograma ou descrição das unidades administrativas, e a relação dos cargos efetivos e comissionados existentes.		COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22710 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV12. Transparência	22712	A Câmara Municipal divulga as leis e atos infralegais (resoluções, decretos, etc.) produzidos?	- O site institucional da Câmara deve disponibilizar as leis e atos infralegais produzidos (como resoluções, decretos legislativos, atos da mesa), em repositório ou seção específica. - As normas publicadas devem estar organizadas de forma a permitir sua identificação por número, ano e ementa.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal

Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV12. Transparência	22713	Informe o link para a página do site oficial da Câmara Municipal contendo as leis e atos infralegais produzidos (como resoluções, decretos legislativos, atos da mesa), em repositório ou seção específica.		COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22712 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV12. Transparência	22714	A Câmara Municipal divulga projetos de leis e de atos infralegais, bem como as respectivas tramitações (contemplando ementa, documentos anexos, situação atual, autor, relator)?	- O site institucional da Câmara deve divulgar os projetos de lei e atos infralegais em tramitação, incluindo, no mínimo, ementa, documentos anexos, situação atual, autor e, quando houver, relator. - As informações de tramitação devem estar atualizadas, refletindo o estágio recente do processo legislativo.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV12. Transparência	22715	Informe o link para a página do site oficial da Câmara Municipal contendo os projetos de lei e atos infralegais em tramitação, incluindo, no mínimo, ementa, documentos anexos, situação atual, autor e, quando houver, relator.		COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22714 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV12. Transparência	22716	A Câmara Municipal divulga a pauta das sessões do Plenário?	- A Câmara deve divulgar, em seu site oficial, a pauta das sessões do Plenário, com antecedência razoável em relação à data de realização. - As pautas devem indicar, no mínimo, data da sessão, matérias a serem apreciadas e identificação básica das proposições incluídas.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV12. Transparência	22717	Informe o link para a página do site oficial da Câmara Municipal contendo os projetos de lei e atos infralegais em tramitação, incluindo, no mínimo, ementa, documentos anexos, situação atual, autor e, quando houver, relator.		COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22716 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV12. Transparência	22718	A Câmara Municipal divulga a pauta das Comissões?	- A Câmara deve divulgar, em seu site oficial, a pauta das reuniões das Comissões, com antecedência razoável em relação às datas de realização. - As pautas devem indicar, no mínimo, a comissão correspondente, a data da reunião e as matérias a serem apreciadas.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV12. Transparência	22719	Informe o link para a página do site oficial da Câmara Municipal contendo a pauta das reuniões das Comissões, com antecedência razoável em relação às datas de realização.		COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22718 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal

Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV12. Transparência	22720	A Câmara Municipal divulga as atas das sessões, incluindo a lista de presença dos parlamentares em cada sessão?	- O site institucional da Câmara deve divulgar as atas das sessões plenárias, contendo, no mínimo, o resumo dos trabalhos e a lista de presença dos parlamentares em cada sessão. - As atas devem estar devidamente aprovadas e assinadas, conforme regulamento interno.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV12. Transparência	22721	Informe o link para a página do site oficial da Câmara Municipal contendo as atas das sessões, incluindo a lista de presença dos parlamentares em cada sessão.		COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22720 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV12. Transparência	22722	A Câmara Municipal divulga lista sobre as votações nominais?	- A Câmara deve divulgar lista ou relatório contendo o resultado das votações nominais, identificando os votos de cada parlamentar por matéria. - As informações podem constar em seção específica, em ata ou em módulo próprio do sistema de acompanhamento legislativo.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV12. Transparência	22723	Informe o link para a página do site oficial da Câmara Municipal contendo a lista sobre as votações nominais.		COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22722 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV13. Relacionamento com o Cidadão	22724	A Câmara Municipal dispõe de ato normativo que regulamente o funcionamento do Canal de Comunicação ou Ouvidoria?	- Deve existir ato normativo regulamentando a Ouvidoria ou Canal de Comunicação. - O ato deve estar vigente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV13. Relacionamento com o Cidadão	22725	Anexe o ato normativo que regulamenta o funcionamento do Canal de Comunicação ou Ouvidoria		ANEXO	NÃO	(22724 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV13. Relacionamento com o Cidadão	22726	O ato normativo de regulamentação da ouvidoria ou canal de comunicação prevê o registro de manifestações dos usuários de serviços públicos, por meio de telefone, via presencial, formulário eletrônico e e-mail?	- O ato deve prever registro de manifestações por telefone, presencial, formulário eletrônico e e-mail. - Os canais devem estar descritos claramente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal

Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV13. Relacionamento com o Cidadão	22727	Informe o dispositivo do ato normativo que prevê o registro de manifestações dos usuários de serviços públicos, por meio de telefone, via presencial, formulário eletrônico e e-mail.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do Ato Normativo XX/XXXX"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22726 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV13. Relacionamento com o Cidadão	22728	O ato normativo de regulamentação estabelece o fluxo (ou mapeamento) de atendimento do Canal de Comunicação ou Ouvidoria, pela via presencial e eletrônica, desde o recebimento da requisição até a entrega da informação solicitada pelo cidadão?	- O ato deve prever fluxo completo de atendimento da Ouvidoria, presencial e eletrônica. - As etapas devem estar descritas claramente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV13. Relacionamento com o Cidadão	22729	Informe o dispositivo do ato normativo que estabelece o fluxo (ou mapeamento) de atendimento do Canal de Comunicação ou Ouvidoria, pela via presencial e eletrônica, desde o recebimento da requisição até a entrega da informação solicitada pelo cidadão	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do Ato Normativo XX/XXXX"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22728 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV13. Relacionamento com o Cidadão	22730	O ato normativo que descreve o fluxo de atendimento do Canal de Comunicação ou Ouvidoria identifica o responsável por realizar a recepção, triagem, encaminhamento e oferecimento de resposta conclusiva às manifestações dos usuários de serviços públicos?	- O ato normativo deve identificar, de forma expressa, o responsável ou os responsáveis pela recepção, triagem, encaminhamento e resposta conclusiva às manifestações dos usuários de serviços públicos. - As atribuições de cada etapa do fluxo de atendimento devem estar descritas de forma clara e objetiva.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV13. Relacionamento com o Cidadão	22731	Informe o dispositivo do ato normativo que identifica o responsável por realizar a recepção, triagem, encaminhamento e oferecimento de resposta conclusiva às manifestações dos usuários de serviços públicos	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do Ato Normativo XX/XXXX"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22730 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV13. Relacionamento com o Cidadão	22732	O ato normativo que descreve o fluxo de atendimento do Canal de Comunicação ou Ouvidoria fixa o prazo de até 30 dias para encaminhamento de decisão administrativa final ao usuário, com possibilidade de prorrogação uma única vez por mais 30 dias, de forma justificada?	- O ato normativo deve fixar prazo de até 30 dias para encaminhamento de decisão administrativa final ao usuário, contado do recebimento da manifestação. - O ato deve prever, de forma expressa, a possibilidade de prorrogação única por mais 30 dias, mediante justificativa formal.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV13. Relacionamento com o Cidadão	22733	Informe o dispositivo do ato normativo que fixa o prazo de até 30 dias para encaminhamento de decisão administrativa final ao usuário, com possibilidade de prorrogação uma única vez por mais 30 dias, de forma justificada.		COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22732 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal

Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV13. Relacionamento com o Cidadão	22734	Há formulário eletrônico para manifestação de usuários dos serviços públicos disponível na página da ouvidoria ou no canal de comunicação no site institucional da Câmara Municipal?	- Deve existir, no site institucional da Câmara, página da ouvidoria ou canal de comunicação contendo formulário eletrônico específico para registro de manifestações de usuários de serviços públicos. - O formulário eletrônico deve permitir o envio de dados de contato do usuário e da descrição da manifestação.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV13. Relacionamento com o Cidadão	22735	Informe o link para o formulário eletrônico para manifestação de usuários dos serviços públicos disponível na página da ouvidoria ou no canal de comunicação no site institucional da Câmara Municipal.		COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22734 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV13. Relacionamento com o Cidadão	22736	Há possibilidade de o usuário de serviços públicos, após o registro, acompanhar o trâmite de sua manifestação, por meio eletrônico, pelo protocolo fornecido?	- O sistema da Câmara deve possuir registro formal que comprove que, após registrar sua manifestação, o usuário, por meio eletrônico, pode consultar o protocolo fornecido. - A funcionalidade deve estar disponível e acessível ao público, sem necessidade de solicitação interna, garantindo transparência e a possibilidade de consulta. - O acesso deve ocorrer por meio seguro (ex.: portal oficial, aplicativo institucional), preservando a integridade e confidencialidade das informações.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV13. Relacionamento com o Cidadão	22737	Há informações atualizadas no site institucional da Câmara Municipal instruindo as formas como os usuários de serviços públicos podem se comunicar, sendo no mínimo por via eletrônica (site), telefônica e presencial?	- O site institucional da Câmara deve conter seção ou página específica com informações atualizadas sobre as formas de contato disponíveis aos usuários de serviços públicos. - As informações devem contemplar, no mínimo, canal eletrônico (site ou formulário), telefone e endereço para atendimento presencial. - As informações de contato e horários de funcionamento devem estar atualizadas e disponíveis para verificação.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV13. Relacionamento com o Cidadão	22738	Informe o link para a página do site com informações atualizadas no site institucional da Câmara Municipal instruindo as formas como os usuários de serviços públicos podem se comunicar, sendo no mínimo por via eletrônica (site), telefônica e presencial.		COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22737 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV13. Relacionamento com o Cidadão	22739	A manifestação do usuário de serviço público por meio de canal de comunicação ou ouvidoria é recebida sem que haja necessidade de explicitação de motivos ou razões de interesse da solicitação?	- Deve existir previsão, em ato normativo ou procedimento formal, de que o usuário pode registrar manifestação sem necessidade de apresentar justificativa detalhada ou comprovação de interesse específico. - Os formulários, físicos ou eletrônicos, não devem exigir a indicação de motivo jurídico ou fundamentação para o recebimento da manifestação. - Os registros de manifestações devem comprovar que solicitações foram recebidas independentemente da exposição de motivos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV13. Relacionamento com o Cidadão	22740	Informe o dispositivo do ato normativo que estabelece o procedimento formal de recepção da manifestação do usuário de serviço público por meio de canal de comunicação ou ouvidoria, sem que haja necessidade de explicitação de motivos ou razões de interesse da solicitação	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do Ato Normativo XX/XXXX"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22739 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal

Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV13. Relacionamento com o Cidadão	22741	A Câmara Municipal respeita o prazo de 30 dias para apresentar resposta às manifestações dos usuários de serviços públicos?	- Devem existir registros formais das manifestações recebidas, com data de entrada e data de resposta, que permitam verificar o cumprimento do prazo de até 30 dias. - A análise de amostra ou relatório consolidado deve evidenciar o respeito sistemático ao prazo legal, salvo situações justificadas e registradas.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV13. Relacionamento com o Cidadão	22742	Anexe relatórios que evidenciem a data de entrada e a data de resposta às manifestações, com o respeito ao prazo de 30 dias.		ANEXO	NÃO	(22741 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV13. Relacionamento com o Cidadão	22743	A Câmara Municipal designou formalmente servidores para o recebimento de manifestações junto à ouvidoria ou canal de comunicação?	- Deve existir ato formal (portaria, resolução ou equivalente) que designe servidores responsáveis pelo recebimento e tratamento das manifestações na ouvidoria ou canal de comunicação. - O ato deve identificar, nominalmente ou por função/cargo, os responsáveis pela unidade de ouvidoria ou canal de comunicação.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV13. Relacionamento com o Cidadão	22744	Anexe documento que evidencie a designação formal de servidores responsáveis pelo recebimento e tratamento das manifestações na ouvidoria ou canal de comunicação.		ANEXO	NÃO	(22743 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV13. Relacionamento com o Cidadão	22745	A Câmara Municipal realizou audiência pública e/ou consulta pública aos cidadãos e entidades da sociedade civil?	- A Câmara deve possuir registro formal que comprove a realização, no exercício de referência, de ao menos uma audiência pública e/ou consulta pública dirigida a cidadãos e entidades da sociedade civil. - A realização deve estar documentada por meio de editais, convites, atas, listas de presença ou relatórios do evento.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV13. Relacionamento com o Cidadão	22746	Anexe documentos que evidenciem a realização de audiência pública ou consulta pública aos cidadãos e entidades da sociedade civil.		ANEXO	NÃO	(22745 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV13. Relacionamento com o Cidadão	22747	O conteúdo da divulgação contempla o tema, local, data e hora da audiência pública e/ou consulta pública?	- As peças de divulgação da audiência pública e/ou consulta pública devem conter, de forma clara, o tema, o local e o horário de realização do evento. - As peças de divulgação devem estar arquivadas em meio físico ou digital (banners, artes, comunicados, notícias).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal

Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV13. Relacionamento com o Cidadão	22748	Anexe documentos que evidenciem a divulgação de audiência pública ou consulta pública aos cidadãos e entidades da sociedade civil, com a especificação de tema, local, data e hora.		ANEXO	NÃO	(22747 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV13. Relacionamento com o Cidadão	22749	As audiências e/ou consultas públicas realizadas foram divulgadas (site, redes sociais: Facebook, Instagram e etc.)	- Deve existir registro de divulgação das audiências e/ou consultas públicas em, pelo menos, um canal oficial, como site institucional, bem como, quando existente, em redes sociais (por exemplo, Facebook, Instagram ou outras). - As publicações devem conter referência ao evento realizado, com data e identificação do canal utilizado.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV13. Relacionamento com o Cidadão	22750	Anexe documentos que evidenciem os canais de divulgação de audiência pública ou consulta pública aos cidadãos e entidades da sociedade civil.		ANEXO	NÃO	(22749 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV13. Relacionamento com o Cidadão	22751	Foi gerada e publicada a gravação audiovisual da audiência, contendo o relato do evento?	- Deve existir gravação audiovisual da audiência pública realizada, contendo o registro do evento e das manifestações ocorridas. - A gravação deve ter sido publicada ou disponibilizada em canal oficial da Câmara (site, rede social ou canal de vídeo institucional).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q05. Transparência e relacionamento com o cidadão	IV13. Relacionamento com o Cidadão	22752	Anexe documentos com registro de audiência pública realizada, com a opção de inclusão de links de que deem acesso aos registros da audiência pública ou da consulta pública aos cidadãos e entidades da sociedade civil.		ANEXO	NÃO	(22751 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV14. Sistemas	22753	A Câmara utiliza software para o registro e tramitação de proposições legislativas?	- A Câmara deve utilizar software ou sistema eletrônico oficial para registro e tramitação das proposições legislativas. - O uso do software deve estar institucionalizado por meio de ato normativo, contrato ou termo de adesão.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV14. Sistemas	22754	Anexe documentos que comprovem a utilização do sistema (ato normativo, contrato ou termo de adesão).		ANEXO	NÃO	(22753 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal

Q06. Estrutura	IV14. Sistemas	22755	Todos os projetos de lei e demais proposições tramitam digitalmente via software?	<ul style="list-style-type: none"> - Deve haver registro de que todos os projetos de lei e demais proposições legislativas são protocolados, tramitam e têm seus atos registrados por meio do software oficial. - Não devem existir fluxos paralelos predominantes em meio exclusivamente físico, sem registro no sistema. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV14. Sistemas	22756	Anexe relatórios que comprovem a utilização do sistema para protocolo de projetos de lei e demais proposições legislativas.		ANEXO	NÃO	(22755 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV14. Sistemas	22757	O software está atualizado com toda a legislação municipal vigente?	<ul style="list-style-type: none"> - O software ou sistema deve conter a base de legislação municipal vigente, com atualização que reflita as leis, alterações e revogações ocorridas. - Devem existir registros ou relatórios que evidenciem rotinas de atualização da base normativa. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV14. Sistemas	22758	Anexe relatórios que comprovem a utilização do sistema para repositório da legislação municipal.		ANEXO	NÃO	(22757 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV14. Sistemas	22759	O sistema permite acesso público à legislação?	<ul style="list-style-type: none"> - O sistema deve permitir o acesso público à legislação municipal, por meio de consulta eletrônica no site institucional ou em portal integrado. - A consulta deve estar disponível sem necessidade de autenticação restritiva, salvo hipóteses justificadas. - A funcionalidade de consulta pública deve estar ativa e verificável pelos usuários. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV14. Sistemas	22760	Informe o link para o acesso público à legislação municipal, por meio de consulta eletrônica no site institucional ou em portal integrado.		COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22759 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV14. Sistemas	22761	O sistema permite acesso público ao andamento das proposições?	<ul style="list-style-type: none"> - O sistema deve permitir o acesso público ao andamento das proposições, incluindo informações sobre protocolo, tramitação, comissões envolvidas e situação atual. - As informações disponibilizadas devem ser atualizadas e consistentes com os registros internos da Câmara. - A consulta pública ao andamento das proposições deve estar ativa e verificável pelos usuários. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal

Q06. Estrutura	IV14. Sistemas	22762	Informe o link para o acesso público ao andamento das proposições, incluindo informações sobre protocolo, tramitação, comissões envolvidas e situação atual.		COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22761 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV14. Sistemas	22763	As votações nominais são registradas no sistema para acesso público?	- As votações nominais realizadas devem ser registradas no sistema, com associação entre matéria, data, resultado e voto de cada parlamentar. - O módulo de consulta deve permitir que o cidadão acesse o histórico dessas votações.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV14. Sistemas	22764	Informe o link que permite o acesso às votações nominais registradas no sistema.		COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22763 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV14. Sistemas	22765	O sistema faz a consolidação das leis de determinada matéria, identificando alterações e revogações?	- O sistema deve possuir funcionalidade que consolide a legislação de determinada matéria, identificando de forma clara as alterações, revogações e redações vigentes. - Devem existir exemplos de leis consolidadas ou funcionalidades de referência indicadas no próprio sistema.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV14. Sistemas	22766	Anexe documentos que comprovem a utilização do sistema para repositório da legislação municipal.		ANEXO	NÃO	(22765 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV14. Sistemas	22767	Os vereadores utilizam o software para protocolar proposições eletronicamente?	- Devem existir registros no sistema de protocolização eletrônica de proposições pelos vereadores, com identificação do autor, data e conteúdo da proposta. - O uso dessa funcionalidade deve ser rotina predominante para apresentação de proposições. - Os registros eletrônicos de protocolo devem estar disponíveis para verificação, em meio digital.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV14. Sistemas	22768	Anexe documento que evidencie a utilização do sistema para protocolização eletrônica de proposições pelos vereadores.		ANEXO	NÃO	(22767 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal

Q06. Estrutura	IV14. Sistemas	22769	As pautas das sessões são elaboradas e divulgadas por meio do sistema?	<ul style="list-style-type: none"> - As pautas das sessões devem ser geradas, organizadas e divulgadas por meio do próprio sistema, com vinculação automática às proposições incluídas. - Devem existir registros de pautas emitidas pelo sistema, compatíveis com as sessões realizadas. - As pautas geradas pelo sistema devem estar disponíveis para verificação, em meio interno ou em consulta pública no site institucional. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV14. Sistemas	22770	Anexe documento que evidencie a utilização do sistema para gerar e disponibilizar pautas.		ANEXO	NÃO	(22769 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV14. Sistemas	22771	O software é utilizado para controle de presença dos vereadores nas sessões?	<ul style="list-style-type: none"> - O sistema deve registrar eletronicamente a presença dos vereadores nas sessões. - Devem existir registros digitais que identifiquem data, horário e presença dos parlamentares. - Os registros devem estar disponíveis para verificação em meio digital. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV14. Sistemas	22772	Anexe relatório que evidencie a utilização do sistema para consultar registro da presença dos vereadores na sessão.		ANEXO	NÃO	(22771 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV14. Sistemas	22773	As publicações legais (convocações, atos, normas) são feitas diretamente no software?	<ul style="list-style-type: none"> - As publicações legais devem ser inseridas diretamente no software, sem necessidade de fluxos paralelos em meio físico. - O sistema deve registrar data, conteúdo e responsável pela publicação. - Os registros devem estar disponíveis para verificação. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV14. Sistemas	22774	Anexe documento que evidencie a utilização do sistema para gerar publicações legais.		ANEXO	NÃO	(22773 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV14. Sistemas	22775	O software está vinculado ao portal institucional para atualização automática das informações?	<ul style="list-style-type: none"> - O software deve estar integrado ao portal institucional para atualização automática de informações legislativas. - A atualização deve incluir leis, proposições, pauta e outras informações. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal

Q06. Estrutura	IV14. Sistemas	22776	O cidadão pode consultar leis, proposições, sessões e comissões por meio do sistema?	<ul style="list-style-type: none"> - O sistema deve permitir consulta pública à legislação, proposições, sessões e comissões. - As consultas devem estar disponíveis no portal institucional ou módulo público do sistema. - A funcionalidade deve estar ativa e acessível. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV14. Sistemas	22777	Informe o link que permite o acesso à consulta pública, à legislação, às proposições, às sessões e às comissões.		COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(22776 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV14. Sistemas	22778	A Câmara Municipal designou formalmente um servidor para ser responsável pela administração do sistema de tramitação legislativa?	<ul style="list-style-type: none"> - Deve existir ato formal que designe servidor responsável pela interlocução com o software (administração, suporte, parametrização) - O ato deve identificar o cargo ou nome do servidor. - O documento deve estar disponível para verificação. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV14. Sistemas	22779	Anexe documento que evidencie ato formal que designe servidor responsável pela interlocução com o software (administração, suporte, parametrização).		ANEXO	NÃO	(22778 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV14. Sistemas	22780	A Câmara dispõe de painel eletrônico para acompanhamento das votações?	<ul style="list-style-type: none"> - A Câmara deve possuir painel eletrônico funcional para exibição de votações. - O painel deve registrar votos nominais e resultados. - O equipamento ou sistema deve estar instalado e operacional. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV14. Sistemas	22781	Anexe documento que evidencie que o Sistema da Câmara adota painel eletrônico de votação.		ANEXO	NÃO	(22780 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV15. Recursos Humanos	22782	A Câmara dispõe de estudo e/ou diagnóstico que indique o quantitativo ideal de servidores para atuar no apoio às atividades legislativas e de fiscalização?	<ul style="list-style-type: none"> - Deve existir estudo ou diagnóstico formal que indique o quantitativo ideal de servidores para apoio legislativo e para as atividades de fiscalização. - O estudo deve conter metodologia, análise da demanda e recomendação de quantitativo. - O documento deve estar disponível para verificação. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal

Q06. Estrutura	IV15. Recursos Humanos	22783	Anexe documento que evidencie o diagnóstico que indique o quantitativo ideal de servidores para apoio das atividades legislativas e de fiscalização.		ANEXO	NÃO	(22782 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV15. Recursos Humanos	22784	O quantitativo de servidores que atuam no apoio às atividades legislativas e de fiscalização está de acordo com o estudo realizado?	- O número de servidores atuando no apoio legislativo e fiscalização deve corresponder ao quantitativo recomendado no estudo.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV15. Recursos Humanos	22785	A Câmara dispõe de cargo efetivo de analista legislativo, ou similar, para análise e tramitação de projetos de leis?	- Deve existir, no quadro permanente da Câmara Municipal, cargo efetivo de analista legislativo ou cargo equivalente cujas atribuições incluam a análise técnica, instrução e acompanhamento da tramitação de projetos de lei. - O cargo deve estar previsto em lei municipal ou em ato normativo oficial que estabeleça a estrutura de cargos, com descrição de atribuições compatíveis com atividades legislativas.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV15. Recursos Humanos	22786	A Câmara dispõe de cargo efetivo de analista jurídico, ou similar, para análise e tramitação de projetos de leis?	- Deve existir, no quadro permanente da Câmara Municipal, cargo efetivo de analista jurídico ou cargo equivalente cujas atribuições incluam a análise jurídica, emissão de pareceres e acompanhamento da tramitação de projetos de lei. - O cargo deve estar previsto em lei municipal ou em ato normativo oficial que estabeleça a estrutura de cargos, contendo descrição de atribuições compatíveis com atividades de assessoramento jurídico legislativo.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV15. Recursos Humanos	22787	A Câmara Municipal possui plano de capacitação para o exercício corrente?	- Deve existir plano de capacitação vigente para o exercício corrente. - O plano deve estar formalizado e publicado ou arquivado oficialmente. - O documento deve estar disponível para verificação.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV15. Recursos Humanos	22788	Anexe o plano de capacitação para o exercício corrente.		ANEXO	NÃO	(22787 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV15. Recursos Humanos	22789	Os servidores que atuam no apoio às atividades legislativas receberam capacitação no exercício corrente?	- Devem existir registros formais de capacitações realizadas para servidores do apoio legislativo. - Os registros devem conter data, conteúdo e lista de participantes. - Os documentos devem estar disponíveis para verificação.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal

Q06. Estrutura	IV15. Recursos Humanos	22790	Os servidores que auxiliam os vereadores no exercício da fiscalização receberam capacitação no exercício corrente?	<ul style="list-style-type: none"> - Devem existir registros formais de capacitações realizadas para servidores da área de fiscalização. - Os registros devem conter data, conteúdo e lista de participantes. - Os documentos devem estar disponíveis para verificação. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV15. Recursos Humanos	22791	Os servidores que atuam na assessoria jurídica receberam capacitação no exercício corrente?	<ul style="list-style-type: none"> - Devem existir registros formais de capacitações realizadas para servidores da assessoria jurídica. - Os registros devem conter data, conteúdo e lista de participantes. - Os documentos devem estar disponíveis para verificação. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV15. Recursos Humanos	22792	Os Vereadores receberam capacitação para o uso do software?	<ul style="list-style-type: none"> - Devem existir registros formais comprovando a capacitação dos vereadores para uso do software. - As capacitações devem ter sido realizadas no exercício corrente. - Os documentos devem estar disponíveis para verificação. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV15. Recursos Humanos	22793	Os Servidores receberam capacitação para o uso do software?	<ul style="list-style-type: none"> - Devem existir registros formais comprovando a capacitação dos servidores para uso do software. - As capacitações devem ter ocorrido no exercício corrente. - Os documentos devem estar disponíveis para verificação. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV15. Recursos Humanos	22794	A Câmara Municipal ofertou ações de capacitação específicas para servidores que atuam junto à ouvidoria ou para o recebimento de manifestações no canal de comunicação, em relação aos processos técnicos de trabalho?	<ul style="list-style-type: none"> - Devem existir registros formais das ações de capacitação direcionadas à alta gestão realizadas no exercício corrente. - Os registros devem incluir datas, temas, público-alvo e lista de participantes. - Os documentos devem estar disponíveis para verificação. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal